



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LUANA LOPES COSTA PEREIRA

MONOGRAFIA

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A/O
ASSISTENTE SOCIAL ENQUANTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA**

Mariana, Minas Gerais

2024

LUANA LOPES COSTA PEREIRA

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A/O
ASSISTENTE SOCIAL ENQUANTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Dr. Cristiane Tomaz

Mariana, Minas Gerais

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P436t Pereira, Luana Lopes Costa.

O trabalho interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) [manuscrito]: desafios e possibilidades para a/o assistente social enquanto técnico de referência. / Luana Lopes Costa
Pereira. - 2024.

81 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane TOMAZ.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistentes sociais. 2. Serviço social. 3. Universidades e faculdades
- Currículos. I. TOMAZ, Cristiane. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luana Lopes Costa Pereira

**O trabalho interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):
desafios e possibilidades para a/o assistente social enquanto técnico de referência**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 19 de novembro de 2024

Membros da banca

Dr^a Cristiane Tomaz - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)_
Dr^a Adriana Mesquita - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Assistente Social Liliane Vilas Boas (PROJETA)

Dr^a Cristiane Tomaz - Orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/01/2025



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/01/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0843144** e o código CRC **24F73CAA**.

AGRADECIMENTOS

Já dizia o poema de Chico Xavier, " Isso também passa", e assim, encerro um ciclo muito importante na minha trajetória. Agradeço a Deus e ao Universo por nunca me desamparar, mesmo nos momentos em que era difícil acreditar que daria certo. As mulheres da minha vida, minha mãe Jane, minha avó Maria Helena e minhas tias Marina e Márcia (in memoriam), o amor de vocês me ilumina. Ao meu pai Marcelo (in memoriam) por sempre guiar meus passos e me proteger. Ao João Pedro por ser amor, refúgio e calma, mesmo nos momentos mais turbulentos. A todos meus familiares e amigos os quais compartilho memórias, afeto e saudades. Agradeço as duas supervisoras de campo incríveis que tive, Liliane e Adriana, por toda troca de saber e cuidado, vocês foram essenciais na minha formação. E por fim a Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino gratuito e de qualidade. "E pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto.."

RESUMO:

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo tecer reflexões críticas acerca do trabalho interdisciplinar presente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para tal aborda O Serviço Social enquanto profissão legalmente regulamentada, tecendo considerações acerca dos avanços desde a gênese da profissão até os dias atuais; apresenta um resgate da trajetória sócio-histórica da profissão, passando pelos desafios em relação às atribuições privativas e requisições indevidas no trabalho interdisciplinar; aborda O trabalho interdisciplinar na política de Assistência Social, a composição das equipes técnicas na Política de Assistência Social; bem como apresenta a compreensão do Serviço Social acerca do trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social e as diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar dos profissionais que compõem as equipes dos CRAS. Após este percurso reflete sobre os limites e possibilidades da atuação profissional no interior das equipes interdisciplinares, especialmente nos CRAS.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; Assistência Social; Serviço Social

RESUMEN:

Este trabajo de conclusión de curso pretende tejer reflexiones críticas sobre el trabajo interdisciplinario presente en los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), para ello aborda el Trabajo Social como profesión legalmente regulada, haciendo consideraciones sobre los avances desde la génesis de la profesión hasta la actualidad. ; presenta una revisión de la trayectoria sociohistórica de la profesión, recorriendo los desafíos en relación a encargos privados y solicitudes indebidas en el trabajo interdisciplinario; aborda el trabajo interdisciplinario en Política de Asistencia Social, la composición de equipos técnicos en Política de Asistencia Social; así como presentar la comprensión del Servicio Social sobre el trabajo interdisciplinario en la Política de Asistencia Social y las diferencias, similitudes y/o divergencias en cuanto a la comprensión del trabajo interdisciplinario de los profesionales que integran los equipos CRAS. Luego de este recorrido, reflexiona sobre los límites y posibilidades de la acción profesional dentro de equipos interdisciplinarios, especialmente en CRAS.

Palabras clave: interdisciplinariedad; Asistencia Social; Servicio social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- FIGURA 1:** Matriz Padronizada para Fichas de Serviços Socioassistenciais 40
- FIGURA 2:** Estrutura profissional dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) 43
- FIGURA 3:** Estrutura profissional dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) 43
- FIGURA 4:** Estrutura profissional dos abrigos, casas de passagem e casa-lar 44
- FIGURA 5:** Estrutura profissional do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora 45
- FIGURA 6:** Estrutura profissional para instituições de longa permanências para pessoas idosas 46
- FIGURA 7:** Estrutura profissional para funcionamento dos CRAS 55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)
Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP)
Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI)
Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)
Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)
Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)
Juventude Estudantil Católica (JEC)
Juventude Universitária Católica (JUC)
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
Liberdade Assistida (LA)
Maranhão (MA)
Método Belo Horizonte (Método BH)
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB - RA/SUAS)
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
Pontifícia Universidade Católica (PUC)
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP)
Proteção Social Básica (PSB)
Rio Grande do Norte (RN)
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado em Famílias e Indivíduos (PAEFI)
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 - O Serviço Social enquanto profissão legalmente regulamentada: considerações acerca dos avanços desde a gênese da profissão até os dias atuais.....	12
1.1 - Breve resgate da trajetória sócio-histórica da profissão.....	14
1.2 - Entre as exigências dos espaços sócio-ocupacionais e os limites que regulamentam legalmente a profissão: desafios em relação às atribuições privativas e requisições indevidas no trabalho interdisciplinar.....	25
2- O trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social.....	30
2.1- A interdisciplinaridade enquanto herança das Ciências Sociais.....	32
2.2- Composição das equipes técnicas na Política de Assistência Social.....	37
2.3 - A compreensão do Serviço Social acerca do trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social.....	47
2.4- Diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar dos profissionais que compõem as equipes dos CRAS.....	51
2.5 - Limites e possibilidades para a atuação do Serviço Social no interior das equipes interdisciplinares dos CRAS.....	70
3- Considerações Finais.....	77
4- Referências.....	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso é apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e tem como intuito tecer uma análise crítico-reflexiva acerca do trabalho interdisciplinar realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Padre Faria,

A priori, o que instiga o tema é a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III exercidos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Padre Faria, do município de Ouro Preto¹ (MG). O estágio é um período de suma importância para a formação acadêmica e profissional, uma vez que, é neste contexto que é possível associar toda a bagagem teórica desenvolvida ao longo do curso, à prática profissional, a partir de uma perspectiva onde não distancia (em momento algum), a teoria da prática. Portanto, neste contexto é possível compreender de forma mais abrangente as precariedades dos espaços sócio-ocupacionais, bem como o horizonte de possibilidades de atuação profissional.

Dado o exposto, com base nas experiências de estágio, foram levantadas muitas indagações acerca do trabalho interdisciplinar nos CRAS, e ainda, os limites de atuação do Serviço Social no equipamento que é considerado a “porta de entrada” para a Assistência Social. A constituição da Assistência Social enquanto política pública, responsabilidade do estado e direito à todo cidadão que dela necessitar é um grande avanço para a sociedade brasileira, mas é necessário compreender e analisar de forma mais profunda como esta tem sido planejada e executada, tendo em vista que, as políticas sociais cumprem um papel pré definido pela estrutura da sociedade capitalista.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública, estatal, descentralizada, responsável por coordenar e implementar ações vinculadas à Política Nacional de Assistência Social, buscando viabilizar o acesso aos direitos a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. O trabalho realizado pelo equipamento é pautado por uma abordagem interdisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas como serviço social, psicologia, pedagogia, entre outras.

Nesse contexto, nosso objetivo foi discutir o trabalho interdisciplinar nos CRAS, a partir das perspectivas de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, com vistas a identificar as similaridades, diferenças e/ou divergências em relação a este trabalho. Para tal percorremos o seguinte caminho: apresentamos um resgate acerca do debate sobre o Serviço Social na

¹ Município localizado na região central de Minas de Gerais, na Serra do Espinhaço, compondo o Quadrilátero Ferrífero e a Região dos Inconfidentes. A cidade foi declarada Monumento Nacional em 1933 e tombada Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 e, ainda, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 5 de Setembro de 1980.

contemporaneidade, seus desafios dando ênfase para o trabalho interdisciplinar e a questão das competências, atribuições privativas e requisições indevidas e do debate sobre a interdisciplinaridade no campo das Ciências Sociais; apresentamos a compreensão de trabalho de Assistentes Sociais na política de assistência social, a partir do acúmulo teórico da categoria; apresentamos a compreensão que assistentes sociais, psicólogos e pedagogos têm sobre o trabalho desenvolvido por cada profissional nos CRAS; para, por fim, problematizar as diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar entre os profissionais que compõem as equipes dos CRAS e os limites e desafios do trabalho interdisciplinar nos CRAS.

A realização de uma análise crítico-reflexiva no âmbito dos serviços prestados pelo CRAS é essencial para aprimorar a prática profissional e para pensar na Política de Assistência Social de forma crítica, compreendendo a sua posição na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que torna possível o debate acerca da Assistência Social que deveria se materializar como proteção e garantia de direitos aos indivíduos que a acessam.

A defesa das políticas sociais universais e gratuitas e dos direitos sociais materializados por elas [se enquadra] na agenda anticapitalista, como mecanismos de transição e de reprodução da força de trabalho centrais nesse momento histórico, e como disputa do destino do fundo público [...]. [Dessa forma, visa] contribuir com a construção coletiva de um programa de esquerda, de transição efetiva para outra sociabilidade. (Behring, 2012, p. 154).

Dado o exposto, o presente parte da experiência como estagiária de Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social Padre Faria, do município de Ouro Preto. O equipamento abrange uma extensa área do município, a qual é marcada pelas inúmeras expressões da questão social que são estruturais à formação social de Ouro Preto, cidade reconhecida mundialmente por ser patrimônio cultural pela UNESCO, mas que carrega consigo um passado - que se perpetua no presente - marcado pela violência e com raízes escravocratas.

A nossa formação acadêmica nos instiga a pensar o todo, de modo coletivo e complexo, portanto, para atingir os objetivos deste trabalho,

É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc, que lhes correspondem (Marx, Engels, 2010, pág. 107)

Como metodologia de pesquisa, o trabalho utiliza da revisão de bibliografia, associando o conteúdo estudado ao longo da graduação, somado às vivências no campo de

estágio, que são primordiais para a formação profissional. Dado o exposto, compreendemos a relevância da revisão de bibliografia para elaboração da pesquisa, uma vez que, “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

O trabalho está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro responsável por discorrer sobre a constituição do Serviço Social enquanto profissional legalmente regulamentada, abordando o contexto sócio-histórico que marcou a consolidação da profissão, e os seus avanços até os dias atuais. O Serviço Social, desde sua gênese, passou por diversas mudanças pensadas no fazer profissional, as quais foram resultado de lutas constantes pela categoria. Neste tópico, também versa sobre os limites impostos pelos espaços sócio-ocupacionais, que, por muitas vezes, são contrários ao Projeto Ético Político Profissional.

No segundo capítulo, pretende-se realizar uma contextualização acerca do trabalho interdisciplinar enquanto herança das ciências sociais, buscando, através de autores renomados na área, tecer críticas à mesma. Este tópico é marcado também por um apanhado geral acerca da Política Nacional de Assistência Social, a fim de compreender como esta demanda o trabalho interdisciplinar em todos os seus níveis de tipificações, dando ênfase para o trabalho realizado nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Além disso, o capítulo também abordará as diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar dos profissionais que compõem as equipes dos CRAS, com base na revisão de bibliografia de materiais encontrados, elaboradas pelas três profissionais, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.

Por fim, o capítulo conta com uma análise crítica-reflexiva acerca dos limites e potencialidades do Serviço Social inserido na Política Nacional de Assistência Social, compreendendo como os fatores estruturais do capital atravessam diretamente a profissão, mas partindo também de um olhar que compreende a profissão, mesmo em meio à toda contradição capitalista, como um mecanismo de garantia de direitos, que possui potencial de uma abordagem crítica e coerente.

1 - O Serviço Social enquanto profissão legalmente regulamentada: considerações acerca dos avanços desde a gênese da profissão até os dias atuais

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, reconhecida legalmente e regulamentada através da Lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993. Sua atuação é embasada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e possui, atualmente, uma abordagem teórica orientada pela teoria social marxista. Compreender os avanços alcançados pelo Serviço Social, bem como os limites e potencialidades que perpassam a profissão, requer uma reflexão crítica que demanda uma retomada histórica do surgimento da profissão. Segundo Iamamoto (2007, pág 167), para compreender o surgimento da profissão é necessário “romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos”.

A atuação profissional emerge de um contexto muito específico da sociedade, marcado pelo período em que o capitalismo transita do estágio concorrencial para o período dos monopólios. As profissionais são demandadas para atuarem tendo como principal objeto de trabalho as expressões da questão social².

Está solidamente estabelecida, na bibliografia que de alguma forma estuda o surgimento do Serviço Social como profissão - vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada -, a sua vinculação com a chamada “questão social”. Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional, não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (Netto, 2011, pág 17)

Dito isto, para situar a profissão no contexto presente, compreendendo os limites e possibilidades de atuação, requer uma compreensão mais profunda acerca da constituição da profissão, transitando pelo contexto em que emergia sua intervenção, e ainda, toda trajetória histórica, marcada por lutas, avanços e complexidades que fomentam o Projeto Ético Político existente atualmente.

O presente capítulo será dividido em duas partes, a priori, irá tecer reflexões críticas acerca da trajetória do Serviço Social, até a constituição da profissão na contemporaneidade, abrangendo desde a gênese da profissão, inserida no viés conservador influenciado pela Igreja

² A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Carvalho e Iamamoto, 1982, p. 77)

Católica, contextualizando o Movimento de Renovação profissional, para discorrer sobre conclusões acerca da profissão na atualidade.

Em segundo momento, serão discutidas as exigências que os espaços sócio-ocupacionais trazem aos profissionais do Serviço Social, os quais, muitas vezes, extrapolam os limites que regulamentam legalmente a profissão. Para isso, pretende-se utilizar como referência as principais legislações que perpassam a profissão, além de notas técnicas e resoluções construídas pelos Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Serviço Social.

1.1 - Breve resgate da trajetória sócio-histórica da profissão

O Serviço Social se constitui enquanto profissão em determinado contexto sócio-histórico, marcado pela consolidação da fase dos monopólios, que sucede o capitalismo concorrencial. Nesse período em específico, o Estado, enquanto instituição que atua, segundo Marx (1884), como um comitê executivo da burguesia, de forma a subsidiar as necessidades para a manutenção da ordem do capital, foi requisitado a atuar de forma efetiva através de respostas às expressões da questão social.

Para compreender de forma crítica o contexto em que o Serviço Social emerge, é necessário, através do materialismo histórico-dialético, tecer algumas análises acerca do funcionamento do sistema capitalista. O qual passa por ciclos e crises, onde, por vezes, demanda mais ativamente a intervenção estatal para atuar frente às contradições necessárias para a reprodução do capital. Como exposto anteriormente, a profissão surge na fase dos monopólios, identificada por Lênin como o estágio superior do capitalismo ou Estágio Imperialista³. Ao atingir tal transformação em suas engrenagens, o sistema capitalista é responsável por potencializar as expressões da questão social.

As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo - que enquanto tendências foram objeto da prospecção teórica marxiana - não infirmaram em nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da abordagem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Responde estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona (Netto, 2011, pág 19-20).

Frente à agudização das expressões da questão social, resultantes das contradições do sistema capitalista, dividido em classes antagônicas, ganha notoriedade o movimento da classe trabalhadora, através da intensificação das lutas e greves. Tais movimentos demandaram uma intervenção para além das ações meramente coercitivas e punitivistas do Estado. Como resposta a esse processo, surgiram as primeiras leis trabalhistas, como exemplo

³ O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2012, p.43)

a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários em 1923 e a Regulamentação dos Feriados em 1925.

Dado o exposto, é possível compreender que o contexto de surgimento do Serviço Social demanda do Estado certas intervenções que buscam, intrinsecamente, responder às demandas da classe trabalhadora que tornaram-se mais latentes e ainda, atender as demandas de manutenção do capital. De acordo com Iamamoto (2014, p. 80) no movimento de manutenção das relações capitalistas são “reproduzidas as condições de exploração ou da reprodução da riqueza pelo trabalhador como riqueza alheia; às relações sociais que sustentam o trabalho alienado com seus antagonismos e o mascaramento ideológico que encobre e revela sua verdadeira natureza”.

Ao afirmar que a profissão é proveniente do período de consolidação do capitalismo monopolista, o qual sucedeu a agudização das expressões da questão social, torna-se relevante analisar de forma mais concreta como esse movimento se deu na sociedade brasileira. O contexto abordado (especificamente as décadas de 1920 e 1930) retratam o aumento das indústrias na economia do país, onde os trabalhadores vendiam sua força de trabalho, enquanto as indústrias lucravam através do trabalho socialmente não pago, resultante da exploração e expropriação da força de trabalho dos indivíduos. Nesse contexto, a classe trabalhadora enfrenta condições extremamente precárias de sobrevivência, o que impulsionou a luta e constituição dos movimentos sociais por parte da classe trabalhadora.

Durante longo período de tempo, o Estado atuou, majoritariamente, através de ações coercitivas, porém, em determinados momentos históricos, o próprio movimento de manutenção da ordem capitalista demanda uma intervenção para além do mecanismo punitivo estatal. Sob essa perspectiva, é relevante retomar às considerações de Gramsci acerca da função do Estado na sociedade capitalista. Para o autor, à medida que o capitalismo assume novas facetas, o Estado precisa também, assumir um papel não apenas coercitivo, mas de outro modo, consensual, através do que é denominado “aparelhos de hegemonia”

[...] O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo [...] (GRAMSCI, 2007, p. 41).

Desse modo, à medida em que as expressões da questão social tornaram-se mais notórias na realidade da classe trabalhadora, através das lutas e manifestações dos movimentos sociais, o Estado foi demandado a elaborar respostas às demandas apresentadas, mesmo que, como um mecanismo capitalista, conforme aborda Iamamoto e Carvalho (2014, pág 126): “Em torno da “questão social” são obrigadas a posicionar-se às diversas classes e frações das classes dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja”. O Serviço Social surge de forma tardia no Brasil, em decorrência das particularidades da formação social do país⁴, as quais resultaram em um capitalismo também tardio.

Abrangendo a contextualização da gênese da profissão para todo o mundo, mesmo ocorrendo em períodos diferentes⁵ no Brasil e no mundo, o que propulsiona a emergência do Serviço Social é, de fato, a “questão social”. Em Londres é fundada, em 1869 a sociedade de organização da caridade, o que trouxe ao centro do debate a necessidade de formação de um profissional do Serviço Social. Surge a primeira escola de Serviço Social em Amsterdã em 1899. Enquanto nos Estados Unidos da América, o serviço social emerge de um caráter pragmático, buscando respostas individuais a problemas coletivos, centrado na psicologização do indivíduo.

É necessário ressaltar que, mesmo tecendo críticas reflexivas acerca do período sócio-histórico que demanda a constituição do profissional do Serviço Social ser também um contexto onde emergiu a intervenção estatal, a profissão surge, ainda em concomitância, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2001, pág 127), “através de iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.”

A consolidação da profissão não ocorre de forma rápida e linear, mas por meio de um processo que durou décadas. Em 1930⁶ surge o Serviço Social através de um departamento especializado de Ação Social, por parte da Igreja Católica⁷. Somada ao Estado e à burguesia,

⁴ explicar capitalismo tardio no brasil

⁵ Como já foi exposto, o capitalismo se consolida de forma tardia e peculiar no território brasileiro, portanto, o Serviço Social é, também, demandado de forma tardia, haja vista que, os primeiros movimentos para constituição da profissão se dão a partir da década de 1930, enquanto em países europeus, de capitalismo central, a “questão social” vem à tona anteriormente, demandando assim, a atuação profissional e intervenção estatal anteriormente.

⁶ Período histórico posterior a eventos societários marcantes, como exemplo, a Fundação do Partido Comunista no Brasil (1922), a Semana de Arte Moderna (1922) e início das revoltas “tenentistas”, os quais ilustram um contexto social de crise.

⁷ Para entender o porquê do protagonismo da Igreja Católica na gênese do Serviço Social, deve-se levar em conta o movimento de contra-reforma, que resultou na perda de poder e hegemonia da igreja ao redor do mundo. “Ante a ultrapassagem da concepção religiosa no mundo a igreja católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando a reconquistas de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa - “verdadeiro partido da igreja” - visando ao controle e enquadramento da população católica.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005, pág. 141)

a Igreja Católica busca atuar como controle e enfrentamento da “questão social”. Nesse contexto, a Igreja se coloca como uma terceira via para - além do comunismo e do liberalismo. Enquanto longo período de tempo a Igreja buscou atuar com ações pontuais para o público considerado “indigente”, no contexto de capitalismo monopolista, a mesma buscará atuar frente às demandas da classe trabalhadora.

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicado [...]. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológicas encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimidade e institucionalização do Serviço Social. (Iamamoto e Carvalho, 2005, p. 83).

Pautado no intuito de retomada da hegemonia da Igreja Católica junto a sociedade, surge em seu cerne o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), e posteriormente, a primeira Escola de Serviço Social em 1936 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Convém destacar que, tanto a igreja, quanto o Estado, atuam seguindo seus próprios interesses internos, dessa forma, a igreja intervém através de ações caritativas, enquanto o Estado, por meio de políticas sociais paternalistas. São movimentos que ganham destaque nesse contexto, a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Já em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social, também na PUC, mas neste momento na cidade do Rio de Janeiro, e em 1940, ocorreu a fundação da terceira escola no Recife. Relevante destacar que, durante os primeiros anos de profissionalização do Serviço Social, a categoria teve seu viés voltado para práticas conservadoras, visando culpabilizar o indivíduo pelas expressões da questão social na qual se encontram, muito diferente da atuação profissional que temos hoje, a qual foi conquistada após anos de luta pela categoria.

A perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada. Restringe-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. A pobreza é expressa estatisticamente, vista sem o estabelecimento de relação com a forma de organização social. Embora os assistentes sociais reconheçam que as leis de amparo social, existentes para proporcionar respostas à pobreza, fossem insuficientes, creditam à falta de

educação ou a desvios morais da população a incapacidade de prover sua subsistência ou viver nas condições observadas (Oliveira, Chaves, 2017,147.)

Retomando o debate para o contexto mundial, em 1940, a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), com sede na Bélgica, inaugura o debate acerca da necessidade de elaboração de Código Moral⁸ embasado na doutrina social da Igreja, que tinha como objetivo orientar e padronizar a atuação profissional, . O mesmo tem suas bases na filosofia neotomista⁹ e recebe forte referência da Encíclica Papal *Rerum Novarum*.

Em 1947 é elaborado o primeiro Código de Ética Profissional da/do assistente social no Brasil. O mesmo é bastante sucinto e dá certa ênfase nas questões morais, buscando conceptualizá-la e possui embasamento nos ideais cristãos. De acordo com o documento, são deveres fundamentais do Assistente Social¹⁰:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.
2. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.
3. Zelar pelas prerrogativas de seu cargo ou funções e respeitar as de outrem.
4. Recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral.
5. Manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão.
6. Levar ao conhecimento do órgão competente da ABAS Seção São Paulo, qualquer transgressão deste Código.
7. Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade.

O início da intervenção profissional foi enraizada no viés moralista/conservador, o qual centra suas ações em indivíduos considerados “desajustados”. Recebe forte influência da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), que foi fundada em 1946, inserida na Igreja Católica, que visava a promulgação de seminários e debates anuais acerca da formação e da atuação profissional.

Em 8 de Maio de 1965 foi aprovado o segundo Código de Ética do Serviço Social, o qual se constitui como uma reformulação do código anterior. Este possui ainda referência às bases neotomistas, porém, já encontra-se mais estruturado. As esferas da vida social se alteram conforme o movimento de crises/ciclos da sociedade capitalista. Portanto, a

⁸ Nota-se que a princípio não foi elaborado um Código de Ética Profissional, mas sim um código moral. Vinculada à igreja católica, a profissão teve sua constituição através de ideais morais, buscando o “reajuste” do indivíduo e atribuindo grande importância à função moralizadora da profissão.

⁹ Corrente filosófica que surgiu no século XX e teve o Papa Leão XIII como impulsionador. Seu objetivo busca atualizar o sistema filosófico de São Tomás de Aquino (tomismo), e busca conciliá-lo com as ciências modernas

¹⁰ Mesmo a profissão sendo composta majoritariamente por mulheres, o Código de Ética Profissionais de 1947 utiliza apenas pronomes/artigos masculinos.

constituição do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho está intrínseca às transformações societárias.

O conteúdo e os princípios do novo código continuam tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo. Prevalece a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsores do Serviço Social. (Oliveira, Chaves, 2017, p.151)

Ao final da década de 1960, contexto que possui novas reconfigurações políticas, econômicas e culturais, sendo marcado pela instalação da ditadura civil-militar, se inicia um importante movimento responsável pela construção do atual Projeto Ético-Político crítico do Serviço Social, intitulado como Movimento de Reconceituação ¹¹ do Serviço Social latino-americano, o qual se dá no cerne da autocracia burguesa. A categoria, até então inserida no viés conservador tradicional que instituiu a profissão, é demandada a atuar sobre novas expressões da questão social, que exige novo posicionamento. Tal movimentação, no Brasil, se desdobra em três direcionamentos, compreendendo de forma clara, que os desdobramentos que objetivaram a construção da imagem profissional não se deram de forma linear ao longo da história. Dito isto, o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro se expressou por via da Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e da Intenção de Ruptura.

Em 1967, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais promoveu o Seminário de Araxá (Minas Gerais), contando com a participação de 38 profissionais do serviço social e com tema central sobre a Metodologia do Serviço Social e inaugura a vertente Perspectiva Modernizadora do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro.

A primeira direção conforma uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais — um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos 1960 — seus grandes monumentos, sem dúvidas, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis —, revelar-se-á um eixo de extrema densidade no evoluir da reflexão profissional: não só continuará mobilizando energias nos anos seguintes como, especialmente, mostrar-se-á aquele vetor de renovação que mais fundamente vincou a massa da categoria profissional. (Netto, 2005, pág. 157)

¹¹ É segundo Iamamoto (2010, pág. 215): “dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi”

O seminário de Araxá buscou compreender a metodologia de trabalho do Serviço Social com o contexto histórico vivenciado no momento. O documento traz consigo certo conflito entre o tradicional/conservador e as novas ideias emergentes para a categoria.

O documento de Araxá se desdobra ainda em um segundo momento, no Seminário de Teresópolis em 1970, também organizado pelo CBCISS, o qual objetivava o entendimento do Serviço Social enquanto uma cientificidade e busca redefinir o perfil sócio-técnico da profissão. De acordo com Netto (2005) Araxá trouxe evidência para o cariz sociotécnico, enquanto Teresópolis se aprofunda de forma mais sistemática na operacionalidade do Serviço Social; O autor acrescenta os principais momentos que marcam a Perspectiva Modernizadora:

Os textos finais desses dois encontros — o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis — possuem, como veremos em seguida, características e ênfases diferenciadas, mas podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração. (Netto, 2009, pág. 166)

É importante ressaltar que ainda inserido na Perspectiva Modernizadora foi construído um novo Código de Ética Profissional do Serviço Social em 1975, que se apresenta de forma diferente dos demais, ao distinguir de centro do debate, atribuições puramente cristãs, embora seja necessário ponderar que apenas as movimentações realizadas até este cenário não marcam abertamente a intenção com a ruptura dos vieses conservadores enraizados na profissão. Encerram a fase da Perspectiva modernizadora os Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). De acordo com Netto (2005, pág. 195) “A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.”

A segunda perspectiva apresentada por Netto é a reatualização do conservadorismo que se insere após o início do debate acerca de novas formas de atuação, voltadas para o cientificismo e que trouxeram certos ideais minimamente críticos. A reatualização do conservadorismo procura retomar de certo modo a gênese da profissão e apresenta como característica marcante a alta valorização da elaboração teórica. De forma sucinta, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, busca através de mecanismos teóricos reinserir as ações conservadoras tradicionais como intervenções sobre as novas demandas de trabalho que são inseridas ao cotidiano profissional. Netto (2005, pág. 199) as define como “sem dúvida, um elenco de traços que conferem às suas concepções conservadoras do Serviço Social uma nova roupagem. Trata-se de um rol de elementos que, à primeira vista, peculiarizam-na em face do passado profissional — e não só.”

Por fim, o histórico do Serviço Social conta com a terceira perspectiva, intitulada Intenção de Ruptura, que pode ser considerada como o momento decisivo para a transformação do serviço social e conquista de uma profissão crítica e empenhada na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Essa perspectiva introduz o debate marxista no centro da profissão e busca romper com os ideais conservadores que foram marcantes para a consolidação da profissão. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais” (Netto, 2005. p. 250)

Nesse momento, compõe o debate da profissão o contexto social e econômico em que a profissão se consolida, reconhecendo os interesses da categoria contrários aos ideais da autocracia burguesa. Mesmo sofrendo regresso com a perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, a categoria retoma a crítica social que se iniciou com a Perspectiva Modernizadora.

De fato, os vetores erosivos que, no Serviço Social, operavam contra o tradicionalismo desde o fim da década de 1950 sinalizavam que a profissão começava a ser permeada por rebatimentos das lutas sociais que apontavam para a problematização do conservadorismo que, inscrito já na sua implantação como prática institucionalizada no país (a partir de meados dos anos 1930), parecia constituir o seu caráter congênito e imutável. (Netto, 2005, pág. 242)

Para a consolidação dos ideais previstos na Intenção de Ruptura, as/os assistentes sociais assumiram a metodologia crítica, com bases marxistas e trouxeram para o centro dos debates a crítica à sociedade capitalista. Momento crucial é o Método BH e o Congresso da Virada.

O Método Belo Horizonte foi construído por um grupo de jovens profissionais entre os anos de 1972 e 1975. Netto (2005) aborda que possui coerência em ter a capital mineira certa relevância para a Intenção de Ruptura, uma vez que, na década de 1970, a cidade sediava as raízes de importantes movimentos de classes, bem como sindicatos e movimentos sociais. Os profissionais envolvidos na execução do Método, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissional e no plano da formação” (Netto, 2005,p. 263).

Como solidificação do Movimento de Renovação do Serviço Social, ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, que ficou conhecido como Congresso da Virada, em um período de acirramento da luta pelos movimentos sociais em favor da democracia, frente às violações e repressões que marcaram todo o período de

ditadura brasileira. O congresso da Virada tornou-se um grande divisor entre o período da ditadura e o processo de construção da redemocratização, inserindo a/o assistente social no centro do debate das lutas de classes.

Segundo Mota e Rodrigues (2020), as discussões tecidas no III CBAS (1979) fomentaram a revisão dos conteúdos da formação profissional, na agenda das demandas profissionais, enquanto profissão que atua em consonância com os direitos da classe trabalhadora, buscando a utilização dos referenciais teórico-metodológicos.

Como marco do grande avanço conquistado pelos/pelas assistentes sociais, tem-se a elaboração do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1986. O penúltimo Código de Ética elaborado pela categoria inaugura a nossa imagem da profissional, já com um viés teórico-crítico. O documento traz em sua introdução a relevância da construção conjunta entre a classe trabalhadora em um momento histórico tão relevante para a profissão:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através das suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFESS, 2016, p. 1)

Menos de uma década depois foi constituído o Código de Ética Profissional, em vigor, que normatiza e orienta a atuação das/dos assistentes sociais na sociedade contemporânea. A dimensão ético-política explícita no Código de Ética Profissional de 1993, tem como fundamento teórico-metodológico a teoria marxista e recoloca à categoria no centro do debate crítico, e compreender os mecanismos da sociedade capitalista, assim como, o sujeito a partir da ontologia do ser social e as suas demandas fruto das constrições das classes antagônicas do capitalismo. Este novo código de ética materializa o Projeto Ético Político profissional que vislumbra uma sociedade emancipada.

Algumas mudanças estritamente formais foram levantadas ao Código de Ética de 1993, como exemplo

[...] incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa, assim como à numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código e, ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa última expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres. (CFESS, 2016, p. 13)

E quanto às mudanças do conteúdo, podemos ressaltar que

[...] foram relativas à modificação de nomenclatura, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual”, incluindo ainda no princípio XI a “identidade de gênero”, quando se refere ao exercício do serviço social sem

ser discriminado/a nem discriminar por essa condição, juntamente com as demais condições já explicitadas no texto. Essas alterações são de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político e incorporam avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre orientação e expressão sexual. Portanto, as mudanças aqui expressas são resultado de discussões no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, em especial na temática da ética e dos direitos humanos. (CFESS, 2016, p. 13-14)

Pensar no Serviço Social em que os/as profissionais atuais tem a possibilidade de atuar e permanecer reconstruindo implica remeter à décadas de lutas, retrocessos, tentativas de imposição, ainda nos dias atuais, de uma abordagem ultrapassada. Imprescindível tecer reflexões compreendendo que, mesmo em meio inúmeros avanços no campo teórico metodológico da profissão, os quais uniram esforços para erradicar da agenda profissional os interesses conservadores, ainda na atualidade, lutar contra os ideias tradicionais, que buscam um papel moralizador da profissão ainda é uma realidade.

Trazendo o debate para o nosso cotidiano profissional atual, o Serviço Social na contemporaneidade encontra-se imerso em um cenário de intensas transformações sociais, econômicas e políticas, marcadas pela globalização do capital, pela hegemonia das políticas neoliberais e pelo desmonte progressivo dos direitos sociais. Esse contexto gera demandas complexas e múltiplas para o trabalho de assistentes sociais, que precisam se adaptar às novas configurações das políticas sociais sem perder de vista seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos e a promoção da justiça social.

Atualmente, a profissão enfrenta desafios significativos que refletem as transformações estruturais promovidas pela mundialização do capital e pela hegemonia das políticas neoliberais. Essas transformações impactam diretamente no exercício profissional das/os assistentes sociais, que precisam lidar com a precarização do trabalho, a mercantilização das políticas sociais e a intensificação das expressões da questão social.

Iamamoto (2010) reflete que a resistência às pressões contemporâneas passa pela construção de uma prática interdisciplinar crítica, na qual seja possível atuar visando a transformação da realidade do sujeito, de modo que essa resistência seja construída a partir do fortalecimento das bases teóricas e ético-políticas da profissão, garantindo que não se transforme em uma ferramenta de controle social, mas de promoção de direitos e melhoria das condições estruturais que geram desigualdades. Assim o fortalecimento da profissão depende também da organização política dos/das assistentes sociais, que precisam lutar coletivamente pela preservação das suas atribuições privativas e competências profissionais.

Dado o exposto, a/o assistente social se insere nos espaços sócio-ocupacionais enquanto profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, reconhecida socialmente, segundo Iamamoto (2014) como uma especialização do trabalho coletivo. A categoria se constituiu enquanto profissional assalariado que, necessariamente, vende sua força de trabalho qualificada para manter a sua reprodução social. É relevante destacar que, sendo uma profissão crítica, muitas vezes empregada pelo próprio Estado, a categoria é tensionada em diversos momentos a se submeter a atuações que são contrárias ao seu Projeto Ético Político. A profissão centra o seu objeto de trabalho nas expressões da questão social, a qual é compreendida por Yasbeck (2012, pág.289) como “expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria”, a qual compõe o cotidiano profissional das/dos assistentes sociais.

A categoria é atravessada pelas mazelas da sociedade capitalista, bem como por uma intervenção estatal que, nitidamente, atua em prol da manutenção das condições necessárias para a garantia da acumulação capitalista. É necessário levar em conta também que, a profissão é diretamente atravessada pela questão de gênero, principalmente na gênese da profissão, como dito no item anterior, inserida no seio da Igreja Católica, apenas mulheres atuavam como assistentes sociais, hoje, mesmo tendo essa realidade mudado - em partes, uma vez que, nas salas de aula dos cursos de Serviço Social ao longo do país, as turmas já são mais heterogêneas - a profissão é constituída, majoritariamente, por mulheres. O que traz para o debate da profissão a questão relacionada à desvalorização profissional, a expectativa da atuação profissional atrelada ao “cuidado”, sendo que, as mulheres sofrem diretamente os impactos do trabalho socialmente não pago, encarado pela sociedade brasileira como o cuidado.

1.2 - Entre as exigências dos espaços sócio-ocupacionais e os limites que regulamentam legalmente a profissão: desafios em relação às atribuições privativas e requisições indevidas no trabalho interdisciplinar

De acordo com a Lei 8.662 de 7 de Junho de 1993, é considerado Assistente Social o profissional graduado em Serviço Social, por instituição de ensino regulamentada pelo Ministério da Educação com registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (BRASIL, 1993, s.p). Não convém retomar todo o debate tecido no tópico anterior - mesmo compreendendo que a temática não se esgota em meras páginas - porém, como foi abordado, a partir de muita luta traçada pela categoria, atualmente, a profissão conta como um aporte teórico-metodológico que oferece subsídios críticos para a compreensão da sociedade burguesa, do papel do Estado na garantia das condições necessárias para a acumulação capitalista e dos interesses e necessidades da à classe trabalhadora, e um aporte jurídico-formal fundado pelo Código de Ética - com princípios fundamentais como a defesa intransigente da liberdade - e pela Lei de Regulamentação da profissão que estabelece as competências e atribuições privativas de Assistentes Sociais.

De acordo com a Lei de regulamentação são competência das/dos assistentes sociais:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993, s.p)

Quanto às *atribuições privativas*, que são aquelas que exclusivas de Assistentes Sociais:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993, s.p)

Foi utilizada das referências pontuais descritas na lei para se iniciar o debate acerca do tensionamento em que a categoria se encontra em certos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Foi utilizado das referências pontuais descritas na lei para se iniciar o debate acerca do tensionamento em que a categoria se encontra em certos espaços sócio-ocupacionais de trabalho. Onde o que é previsto legalmente e embasado no Projeto Ético Político Profissional é questionado, e por vezes, subordinado pelas requisições de políticas de trabalho que visam a atender os interesses do capital.

É de compreensão dos profissionais que a atuação demanda a interlocução entre as três dimensões profissionais, mas muitas das vezes, os espaços sócio-ocupacionais centram as exigências exclusivamente sobre a dimensão técnico-operativa¹², porém, um profissional do

¹² De acordo com Paula (2023, pág 82), em documento organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG), quando a/o assistente social recebe a demanda de trabalho, a princípio, coloca em prática a dimensão teórico-metodológica, ao se perguntar do que se trata a questão e “o por quê” demanda a intervenção profissional do Serviço Social. Já para definir o objetivo da atuação, utiliza-se da dimensão ético-política, que busca expressar a direção da intervenção, pautada no compromisso que a profissão assume historicamente. Dito isto, ao atual sobre as demandas apresentadas, quando a/o profissional se indaga sobre o que fazer e como fazer é posto em prática a dimensão técnico-operativa, a qual pode ser considerada a mais materialista entre as três, mas que, para sua abordagem, demanda de conhecimento de todas as outras.

serviço social não se constitui apenas através da utilização da instrumentalidade¹³ de trabalho, como muitos equipamentos solicitam. Como foi abordado, um debate introduzido ao seio profissional através do Movimento de Renovação, é a leitura do/da assistente social, como um profissional que vai além de um mero executor de políticas públicas.

São questões levantadas pelo CFESS (2012)¹⁴, sob as referências de Yamamoto, a ausência da especificidade de atuação do serviço social por cada área. É de compreensão da categoria que o Serviço Social atua sobre as expressões da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, porém, mesmo seguindo o mesmo viés profissional, em determinados ambientes de trabalho requisita-se diferentes abordagens e utilização de diferentes instrumentos de trabalho.

Nosso primeiro item de interesse é quanto às dificuldades relacionadas à interpretação do art. 5 da Lei 8662/93. Foram indicadas como principais dificuldades vivenciadas pelos serviços de orientação e fiscalização profissional:

- Falta objetividade no que diz respeito à especificação das atribuições do(a) assistente social
- Não uniformização quanto à atuação do(a) Assistente Social por área
- Compreender nos incisos I, III, IV do art. 5, o que se constitui área e matéria do Serviço Social
- Atividades desenvolvidas por assistentes sociais estão mais relacionadas ao art. 4, dificultando a aplicabilidade da lei, na qualificação do exercício ilegal.
- Há ambiguidade/ repetição dos incisos II, VIII, X do art. 4 com os incisos I, II, III do art. 5.
- Desconhecimento dos(as) profissionais da lei 8662/93 e do Código de Ética e falta de acompanhamento do processo de formação, especialmente, das escolas particulares.
- Atividades historicamente assumidas por assistentes sociais não estão caracterizadas no art. 5º, a exemplo:
 - Visitas domiciliares
 - Relatórios Sociais
 - Estudos socioeconômicos para concessão de benefício social-Encaminhamento aos recursos da comunidade
 - Assistência Social consignada na LOAS
 - Assumir cargo de direção em Secretarias/ Departamento de Assistência (CFESS, 2012, pág 25)

O documento citado aborda pontuais lacunas existentes na lei de regulamentação profissional, que é responsável por dificultar a compreensão acerca das atribuições privativas, e dá margem para que os espaços sócio-ocupacionais se utilizem deste para sucatear a atuação profissional. Como exemplo disto, a existência do Técnico de Referência, que será discutido de forma mais abrangente nos próximos capítulos.

Yamamoto (2012) em suas ricas contribuições para a categoria busca contextualizar e problematizar o papel do/da assistente social na contemporaneidade, abordando as

¹³ A instrumentalidade não se refere apenas aos instrumentos utilizados no cotidiano de trabalho da/do assistente social, tendo como exemplo a visita domiciliar, relatórios sociais, reuniões de equipe, pareceres, entre outros, mas reúne todo o arcabouço teórico que possibilita a materialização destes instrumentos de trabalho.

¹⁴ Atribuições privativas do/a assistente social em questão (2012)

atribuições privativas e as competências para realizar o exercício profissional dentro de um cenário de profundas mudanças socioeconômicas. Nesse contexto inserido no cenário de crise econômica e reconfiguração das relações de retrocesso entre Estado e sociedade, compreende-se como as transformações impactam diretamente no exercício profissional de assistentes sociais, que resultam no desemprego, subempregos, intensificação das expressões da questão social, abarcando discriminações de gênero, raça/etnia, classe, entre outras.

Iamamoto (2012) cita a importância de interpretar os artigos 4º e 5º de forma precisa e contextualizada. As ambiguidades presentes na lei, principalmente na distinção entre competência e atribuição, são abordadas sugestões de que as normas específicas sobre atribuições privativas devem prevalecer sobre normas gerais que tratam das competências. Esse entendimento é importante para guiar os agentes fiscais na prática diária, assegurando que as atividades realizadas pelos assistentes sociais estejam dentro das normas e ética da profissão. A referida autora destaca que a formação contínua e atualizada é necessária para os profissionais, enfatizando que a fiscalização tem que ser vista como um apoio ao desenvolvimento profissional e não só uma verificação de conformidade. Assim, a ideia é que através dessa fiscalização os assistentes sociais tenham a possibilidade de aprimorar o trabalho realizado, mantendo-se alinhado com os princípios éticos e com as necessidades da sociedade.

Para tecer críticas sobre as competências profissionais do serviço social é relevante analisar o contexto em geral em que estamos inseridos. Como aborda Marx (2007), os indivíduos não fazem história a partir de suas escolhas, mas sim a partir de uma materialidade concreta que dita a realidade na qual nos inserimos.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, 1977, p. 45).

O contexto atual é marcado por diversas mudanças decorrentes de crises e ciclos do capitalismo, as quais, estão diretamente ligadas à reestruturação gerencial e produtiva das empresas, à intensificação da jornada de trabalho e a ofensiva contra a organização dos trabalhadores, dessa forma, este processo tem resultado na perda de direitos e conquistas sociais, impulsionado pela reorganização do Estado segundo princípios neoliberais. É mostrado que, ao mesmo tempo, o mercado assume um papel central como regulador da vida social, enquanto políticas que concentram renda, poder e propriedade territorial

capitalista se fortalecem. Desse modo, surge o discurso ideológico de caráter moralizador, que quer envolver a sociedade sob uma fachada comunitária, apresentando cidadãos solidários e comprometidos com o bem comum.

Essa narrativa, constitui parte de uma estratégia de mistificação, onde o conservadorismo tradicional surge “maquiado” segundo a autora, tanto no âmbito social quanto no profissional. Iamamoto diz que esse cenário exige daqueles que se opõem a ele uma clara estratégia teórica e política bem definida, sustentada em pesquisas sobre as novas manifestações da questão social e as condições de trabalho da/o assistente social, visando o fortalecimento e qualificação profissional, promovendo o enraizamento do projeto-ético político nas práticas cotidianas.

Ainda hoje, espaços sócio-ocupacionais e gestores de políticas públicas esperam dado profissional do Serviço Social uma atuação conservadora, pontuada pelo “ajustamento” de indivíduos e, frente aos frágeis vínculos de trabalho, muitos colegas são forçados a se submeterem a tais situações. Farage (2023, pág 25) retrata de forma cirúrgica a imagem esperada (e, infelizmente, atingida por muitos assistentes sociais, devido às pressões postas pelo ambiente de trabalho):

Em nosso cotidiano, somos levados a fazer análises a partir do imediato, do que vivemos cotidianamente, tornando a particularidade uma generalidade. São inúmeros os exemplos que podemos rememorar. Quantas vezes relatamos, de forma genérica, que as famílias que atendemos são extensas, não alfabetizadas, negras, desempregadas e moram em periferias? Quantas vezes reproduzimos a compreensão de que uma criança ou adolescente é de uma família “desestruturada”? Quantas vezes nos surpreendemos ao realizar uma visita domiciliar, com a condição econômica do usuário? Quantas vezes não tivemos receio do nosso usuário? Ou afirmamos generalizações estereotipadas, como: tem família que parou de trabalhar para receber o auxílio do governo e tem gente que não quer trabalhar, só pedir. Há, também, aqueles questionamentos que ouvimos ou são lançados em momentos de conflito ou de avaliações no local de trabalho e que, por vezes, localizam todas e todos os assistentes sociais na mesma condição generalista. Questionamentos como: assistente social não gosta de fazer visita domiciliar; sem carro as e os assistentes sociais não fazem visita institucional; as e os assistentes sociais tratam o usuário como bandido; não gostam de fazer trabalho em grupo; querem uma estrutura de trabalho que não é real. Todas as e todos os assistentes sociais são assim? O que leva alguns a essa condição?

A citação utilizada acima retrata o que muitos gestores de políticas públicas e até mesmo responsáveis por empresas privadas que demandam a intervenção do serviço social, esperam de uma atuação profissional das/dos assistentes. São muitos os motivos que até mesmo correspondem a esse comportamento, como a pressão e ausência de lugares de trabalhos, além de formações acadêmicas pouco qualificadas. Tais questões corroboram para a

não aplicabilidade do que é previsto pela lei 8.662/93, que prevê as competências e atribuições privativas das/dos assistentes sociais.

2- O trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social

As políticas sociais, sendo referentes aos mais diversos setores, podendo ser saúde, assistência Social, previdência, as quais compõem o tripé da Seguridade Social, dentre outras, demandam respostas que perpassam por diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, compõe o cotidiano da agenda das políticas sociais o trabalho interdisciplinar, buscando a integração entre os diversos saberes para responder às demandas concretas que surgem do cotidiano da vida social, atravessadas pelas expressões da questão social, que colocam à tona as mazelas da sociedade capitalista do dia-a-dia da classe trabalhadora.

De acordo com o dicionário *Houaiss* da Língua Portuguesa, podemos compreender a interdisciplinaridade como “algo que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” ou “que é comum a duas ou mais disciplinas”, ou ainda, segundo o *Priberam* Dicionário, a interdisciplinaridade pode ser entendida como “**adjetivo de dois gêneros** - que implica relações entre várias disciplinas ou áreas de conhecimento, como por exemplo: *equipes interdisciplinares; evento interdisciplinar; projeto interdisciplinar*)”¹⁵.

Dado o exposto, após compreender “ao pé da letra” portuguesa a tradução do termo abordado, buscaremos realizar uma análise das origens da inserção do trabalho interdisciplinar nas políticas sociais, buscando compreender quais as suas principais potencialidades e os desafios.

Não iremos nos ater na afirmação ou tentativa de rechaçar certos cânones presentes na discussão, mas mesmo em face de alguns consensos apriorísticos, um ponto de inflexão estaria no entendimento de quem estaria apto a discutir e refletir a respeito de Políticas Públicas? Nossa intenção primeira não seria a de buscar legitimar nenhuma das falas, mas de indicar de maneira ampla como as subáreas se posicionam frente a questão, e assim apresentar os possíveis ganhos nesse processo simbiótico, fazendo aqui a menção de outra área para demonstrar que há trocas e intercâmbios presentes na construção dos saberes (Cortes, Lima, 2012, pág 78).

Disto isto, neste capítulo apresentaremos alguns elementos históricos e teóricos acerca do debate sobre a interdisciplinaridade no campo das Ciências Sociais e da necessidade daquela no trabalho realizado nas políticas sociais; apresentaremos, a partir do acúmulo

¹⁵ "**interdisciplinar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/interdisciplinar>.

teórico da categoria, a compreensão sobre o trabalho dos/as Assistentes Sociais na política de assistência social; apresentaremos a compreensão que psicólogos e pedagogos têm sobre o trabalho desenvolvido nos CRAS, a fim de problematizarmos as diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar entre os profissionais que compõem as equipes dos CRAS.

Como citado na introdução, o que motivou o interesse pelo tema deste trabalho, foi a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Padre Faria, inserido na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

2.1- A interdisciplinaridade enquanto herança das Ciências Sociais

A metodologia de trabalho interdisciplinar que busca unir os diversos saberes e atuações profissionais, especificamente no âmbito das Políticas Públicas é introduzida através das expertises das Ciências Sociais. Conforme Rodrigues,

A interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (Rodrigues, 1998, p. 156)

Conforme Tomaz (2018) a discussão sobre a interdisciplinaridade no interior das Ciências Sociais, emerge como uma necessidade imposta pela complexidade das realidades sociais contemporâneas, que não podem ser completamente compreendidas através de uma única disciplina ou abordagem teórica. A fragmentação do conhecimento, que se intensificou com o avanço da modernidade e o desenvolvimento do capitalismo, levou a uma especialização intensificada das ciências sociais, criando barreiras ao entendimento pleno das interações sociais e essa fragmentação é vista como uma característica estruturante das sociedades modernas, resultando na divisão do saber que reflete a divisão do trabalho na economia capitalista.

Sabemos que a interdisciplinaridade como propedêutica ou coisa metódica surge por volta do século passado, na tentativa de superar a crise do conhecimento, principalmente nas chamadas Ciências Humanas, *locus* onde o relativismo das verdades enraizou profundamente nas certezas inerentes ao próprio método: como exemplo, o racionalismo, o empirismo e outros **ismos** do conhecimento. Também, segundo os criadores de hoje, houve grande influência de pensadores do período moderno como Descartes e outros na construção metodológica ou científica da noção de Interdisciplinaridade, não como coisa especializada, mas como numa dimensão dialética, buscando uma integração dos vários saberes (Silva, Cusati, Guerra, 2018, s.p).

Mesmo após muitos estudos, a interdisciplinaridade ainda é compreendida como necessária, devido à crítica à fragmentação dos saberes. Porém, existem diversas críticas que devem ser levadas em conta ao analisá-la enquanto pré-requisito para o trabalho nas Políticas Públicas. Segundo Japiassu (1976, pág 39-40), “dominar o interdisciplinar é vasto e complexo. De modo geral, trata-se de um projeto difícil de ser estabelecido com rigor”. O

tema deve ser debatido com atenção e com embasamento teórico para buscar compreender a sua relevância, seus desafios e como estes se dão no seio da execução das Políticas Públicas.

Fogel (2003, pág 11) traz a seguinte indagação que permeia o anseio pela compreensão de tal temática neste trabalho: “O que vem a ser interdisciplinaridade? Uma disciplina? Sabemos que a palavra disciplina significa ordenação ou ordem que pode ser imposta ou “livremente, pode ser admitida, consentida, cumprida e seguida à risca para colocar em funcionamento algum procedimento, alguma organização”. O autor acrescenta:

Deve ser nesse contexto que surge "disciplina" no sentido de "matéria de ensino", de "conteúdo de estudo", ou seja, no sentido do estabelecimento de um corte ou de uma delimitação, de modo a demarcar um "ramo" do saber, a definir um domínio do conhecimento e que vem a ser um certo conjunto de conhecimentos ou uma "cadeira" ("cátedra") de um estabelecimento de ensino, de um certo curso (Fogel, 2003, p. 12).

Analisando o debate inserido no contexto das políticas públicas brasileiras, o trabalho interdisciplinar surge como uma resposta à complexidade das demandas sociais contemporâneas, que têm múltiplas dimensões e exigem a articulação de diferentes áreas do saber para sua compreensão e intervenção eficaz.

A interdisciplinaridade é vista, então, como uma mediação necessária, mas não suficiente para superar a fragmentação do saber, a qual deve ser acompanhada por uma crítica análise das condições materiais e históricas que originam essa fragmentação. Tomaz (2018) enfatiza que a fragmentação do conhecimento é uma expressão da fragmentação da realidade social no capitalismo, e, portanto, a superação da mesma demanda uma abordagem que transcende as fronteiras disciplinares e que seja capaz de apreender a totalidade social. Essa questão é vista como um reflexo da própria lógica de organização do trabalho no capitalismo, onde a tendência à subsunção real do trabalho concreto pela lógica do capital se manifesta tanto na esfera da saúde quanto na esfera social.

Em vista disso, a interdisciplinaridade no campo das ciências sociais, é apresentada como uma resposta necessária à complexidade social, mas que enfrenta significativos desafios em termos de sua implementação e fundamentação teórica, para que seja realmente transformador, precisa ser criticamente consciente das condições históricas e sociais as quais moldam a produção do conhecimento e práticas profissionais.

Um dos principais autores utilizados para compreender a temática abordada, Japiassu (1976) propôs uma análise crítica sobre o trabalho interdisciplinar, versando sobre a importância e as dificuldades dessa prática.

A crítica de Japiassu (1976) à especialização do conhecimento está enraizada em sua análise do paradigma cartesiano, que o autor identifica como a base filosófica da fragmentação do saber. O mesmo diz que, enquanto o pensamento cartesiano foi fundamental para o desenvolvimento das ciências modernas, também contribuiu para uma visão de mundo atomística, onde o todo é desmembrado em partes cada vez menores e mais isoladas, essa abordagem, embora útil em alguns contextos, torna-se problemática quando aplicada ao estudo dos fenômenos sociais, que são intrinsecamente interconectados e complexos. Japiassu usa o conceito de “patologia do saber” para descrever os efeitos nocivos dessa fragmentação, ele afirma que a hiper-especialização não só limita a capacidade dos cientistas sociais de compreender a totalidade dos fenômenos, como também cria barreiras fictícias entre disciplinas, dificultando o diálogo e a cooperação entre os campos do saber. A patologia, nesse sentido, não é só uma falha metodológica, é também uma condição que compromete a própria saúde do conhecimento físico.

De acordo com o mesmo, o trabalho interdisciplinar se refere à integração e colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de resolver questões complexas que não podem ser compreendidas de forma isolada por uma única disciplina. Ele percebe que a fragmentação do saber em áreas distintas poderia limitar a compreensão do todo. Sobre o surgimento da interdisciplinaridade, o autor sugere de forma aprofundada que,

O fenômeno interdisciplinar tem dupla origem: um interna, tendo por característica essencial o remanejamento geral das ciências, que acompanha seu progresso e sua organização; outra externa, caracterizando-se pela mobilização cada vez mais extensa dos saberes convergindo em vista da ação. Concretamente, a questão da interdisciplinaridade está subjacente às dificuldades com que atualmente se debatem as instituições das instituições de ensino, com seus procedimentos pedagógicos, bem como aos problemas com que se defrontam os empreendimentos visando ao controle do futuro da sociedade, com seus empreendimentos de planificação. De modo mais preciso, podemos dizer que a interdisciplinaridade se nos apresenta, hoje, sob a forma de um tríplice protesto:

- a) contra um saber fragmentado, em migalhas, pulverizado numa multiplicidade crescente de especialidades, em que cada uma se fecha, como que para fugir ao verdadeiro conhecimento;
- b) contra o divórcio crescente, ou esquizofrenia intelectual, entre uma universidade cada vez mais compartimentada, dividida, subdividida, setORIZADA e subsetORIZADA, e a sociedade em sua realidade dinâmica e concreta, onde a “verdadeira vida” sempre é percebida como um todo complexo e indissociável. Ao mesmo tempo, porém, contra essa própria sociedade, na medida em que ela faz tudo o que pode para limitar e condicionar os indivíduos a funções estreitas e repetitivas, para aliená-los de si mesmos, impedindo-os de desenvolverem e fazerem desabrochar todas as suas potencialidades e aspirações mais vitais;
- c) contra o reformismo das situações adquiridas e das “ideias recebidas” ou impostas. (Japiassu, 1976, pág 42-43)

Já quando analisamos a contribuição de autores que possuem pareceres críticos a interdisciplinaridade, como exemplo Tonet (2003), que a pesquisa à luz do marxismo, o mesmo busca compreender a complexificação, especificação e fragmentação seriam consequências necessárias na trajetória do processo do conhecimento, por isso a interdisciplinaridade se faz necessária, mas sua incorporação deve considerar seus limites e não deve considerá-la como uma panaceia, que tudo resolve. Por isso, busca-se encontrar uma solução que possibilite o conhecimento da totalidade do objeto em questão, superando a atomização do mesmo. (Tomaz, 2018, pág. 161).

Tonet (2003) sugere que a fragmentação do saber reflete a fragmentação do próprio ser social, onde o trabalho em sua forma mais desenvolvida na sociedade burguesa se torna um processo alienado. Nessa sociedade, o trabalhador é reduzido a uma peça dentro de uma máquina maior, sem acesso ao conhecimento ou ao controle da totalidade do processo produtivo. O conhecimento, então, é igualmente fragmentado, com cada disciplina isolada em sua própria área de especialização, sendo incapaz de fornecer uma visão ampla da realidade.

Tonet (2013, pág 726), em suas contribuições acerca do trabalho interdisciplinar tem como objetivo “fazer uma crítica dos fundamentos da proposta da interdisciplinaridade, demonstrando que, apesar do seu caráter atraente e dos seus aparentes resultados, é uma solução equivocada para um problema mal equacionado”. De acordo com o mesmo autor, o manejo das profissões/ áreas de conhecimento isoladas impossibilitam prestar respostas eficazes às diversas dimensões da vida social que intervêm em respostas estatais. Para o referido autor, a fragmentação dos saberes científicos não é o caminho para se atingir objetivos plausíveis, mas existem outros mecanismos que preveem a união desses saberes para atuar em diversas demandas da sociedade.

Diante do reconhecimento das consequências negativas desse processo, busca-se encontrar uma solução que restitua ao conhecimento aquele caráter de totalidade que permita, tanto na realização de pesquisas teóricas, como na formação profissional e no tratamento dos problemas sociais, superar aquela visão atomizada dos objetos. Daí o surgimento das propostas de inter, trans, multi, pluridisciplinaridade. Por mais que haja diferenças entre essas propostas, o cerne da questão é que a abordagem de um mesmo objeto sob vários aspectos, no caso das ciências humanas — filosófico, econômico, sociológico, histórico etc. — seria o caminho para a superação dessa fragmentação do saber. Por outro lado, a própria realidade indicaria a necessidade de evitar a rigidez da compartimentação. O recente surgimento de alguns novos campos da ciência, cujos limites são bastante fluidos, evidenciaria que é praticamente impossível definir claramente onde começa e onde termina um determinado território científico (Tonet, 2013, pág 727).

Portanto, pensar no trabalho interdisciplinar nas políticas públicas de forma crítica, requer retomar o olhar para a totalidade concreta das relações sociais, pois de acordo com

Kosik (1976, 360) a compreensão da realidade sem a perspectiva da totalidade não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.

A crítica aqui é tecida, não é refutando a importância da interdisciplinaridade no trabalho das políticas públicas, uma vez que, tal contribuição é de suma relevância para a aplicabilidade do trabalho. A crítica está em como o trabalho interdisciplinar vem sendo realizado no cerne dos equipamentos executores de políticas sociais, em especial, da política de Assistência Social, de como a mesma pode ser utilizada.

2.2- Composição das equipes técnicas na Política de Assistência Social

Antes de entrarmos no debate mais específico sobre a composição das equipes técnicas da política de Assistência Social, faz-se necessário apresentar brevemente a constituição da Assistência Social brasileira como política pública, como dever do Estado e direito a todo cidadão que dela necessitar (Brasil, 1993), que compõe a agenda de lutas da classe trabalhadora, mas também as engrenagens do capital para a manutenção da ordem.

É considerada Assistência Social Brasileira uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993, n.p).

O Estado brasileiro, impulsionado pelas ações da classe trabalhadora que inseriram-se cada vez mais nas sequelas da questão social, frente a um modelo de capital que demanda manutenção da força de trabalho, instituiu a Assistência Social enquanto política pública integrante do tripé da Seguridade Social, juntamente da saúde, de caráter universal e da Previdência Social, como política contributiva.

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (Couto, Yazbek, Raichelis, 2012, p.55).

Após a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi instituída como um direito social, mas o histórico de conquistas não foi breve nem linear. Em 7 de Dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742, anos após, foi criada a Política Nacional de Assistência Social, em 2004, inserida, até os dias atuais, no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). E em 15 de Julho de 2005 é instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual tem caráter descentralizado e participativo e possui função de gerir os serviços socioassistenciais.

A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em dezembro de 1993, regulamentando a Constituição Federal, representou o reconhecimento da política pública de Assistência Social sob responsabilidade do Estado e deu início a uma das mais ricas trajetórias de política social em nosso país. Desde então, temos assistido à estruturação da política de assistência social, assentada nos princípios da descentralização e da participação social, assim como à progressiva ampliação de seu papel no âmbito da proteção social brasileira e da melhoria das condições de vida da população. (Brasil, ???)

Através da Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009, temos a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que busca organizar e manter o melhor planejamento dos

serviços, projetos e programas elaborados pela Assistência Social brasileira. A resolução citada resolve: “Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade” (Brasil, 2009, pág. 05).

Estão entre os serviços da Proteção Social Básica, equipamentos que possuem como objetivo a prevenção contra situações de violação de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e/ou comunitários, como exemplo os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Entre os principais serviços, mantém-se nesse segmento o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Ainda de acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, são atendidos indivíduos que já tiveram seus direitos violados, como mulheres em situação de violência, crianças, idosos, pessoas com deficiência em situações de abuso e/ou maus tratos, e pessoas em situação de rua. Nesse âmbito, enquadram-se os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e, em municípios com a partir de 250 mil habitantes¹⁶, os Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). São serviços excepcionais para a proteção social especial de média complexidade o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social; o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), além de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o Sistema Único de Assistência Social busca abranger os indivíduos e/ou famílias que já possuem todos os seus vínculos rompidos, sendo responsáveis pelos Serviços de Acolhimento Institucional, como abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, residência inclusiva, serviço de acolhimento em Família Acolhedora e ainda abrigos em situações de calamidades públicas.

Segue em anexo quadro 1: **Matriz Padronizada para Fichas de Serviços Socioassistenciais**, visando ilustrar melhor o que foi explanado acima. O quadro expõe de forma clara como a Política Nacional de Assistência Social pretende atuar em diversos

¹⁶ Salvo as especificidades dos municípios que, por vezes, demandam do equipamento mesmo sem ter o mínimo de habitantes previstos, como é o caso de Ouro Preto (MG).

âmbitos, tipificando por nome do serviço, público alvo, objetivos a serem alcançados, dentre outras regulamentações que devem ser seguidas pelos equipamentos.

Quadro 1- Matriz Padronizada para Fichas de Serviços Socioassistenciais

NOME DO SERVIÇO	Termos utilizados para denominar o serviço de modo a evidenciar sua principal função e os seus usuários.
DESCRIÇÃO	Conteúdo da oferta substantiva do serviço.
USUÁRIOS	Relação e detalhamento dos destinatários a quem se destinam as atenções. As situações identificadas em cada serviço constam de uma lista de vulnerabilidades e riscos contida nesse documento.
OBJETIVOS	Propósitos do serviço e os resultados que dele se esperam.
PROVISÕES	As ofertas do trabalho institucional, organizadas em quatro dimensões: ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço. Organizados conforme cada serviço as provisões garantem determinadas aquisições aos cidadãos.
AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS	Trata dos compromissos a serem cumpridos pelos gestores em todos os níveis, para que os serviços prestados no âmbito do SUAS produzam seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram. Podem resultar em medidas da resolutividade e efetividade dos serviços, a serem aferidas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida, na perspectiva do fortalecimento de sua autonomia e cidadania. As aquisições específicas de cada serviço estão organizadas segundo as seguranças sociais que devem garantir.
CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO	Procedência dos usuários e formas de encaminhamento.
UNIDADE	Equipamento recomendado para a realização do serviço socioassistencial.
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO	Horários e dias da semana abertos ao funcionamento para o público.
ABRANGÊNCIA	Referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço.
ARTICULAÇÃO EM REDE	Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.
IMPACTO SOCIAL ESPERADO	Trata dos resultados e dos impactos esperados de cada serviço e do conjunto dos serviços conectados em rede socioassistencial. Projeta expectativas que vão além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços e avançam na direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e de riscos sociais.
REGULAMENTAÇÕES	Remissão a leis, decretos, normas técnicas e planos nacionais que regulam benefícios e serviços socioassistenciais e atenções a segmentos específicos que demandam a proteção social de assistência social.

17

É necessário tecer críticas a respeito de como a Política de Assistência Social atua em nosso país. Muitas das vezes, as proteções sociais não atingem os seus objetivos de prevenção

¹⁷ Matriz Padronizada para Ficha de Serviços Socioassistenciais elaborada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em conformidade com a Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009. (Brasil, 2009, pág. 11)

e garantia de direitos, uma vez que estão inseridas em um contexto capitalista de avanço de ideais neoliberais que buscam individualizar problemas coletivos. Portanto, mesmo sendo considerada um avanço e um direito do cidadão brasileiro que dela necessitar, a assistência social ainda atende um padrão capitalista. Mas ainda assim, é um importante mecanismo para atuação profissional pautada na garantia de direitos, mesmo em meio à sua precarização e seu sucateamento.

a defesa das políticas sociais universais e gratuitas e dos direitos sociais materializados por elas [se enquadra] na agenda anticapitalista, como mecanismos de transição e de reprodução da força de trabalho centrais nesse momento histórico, e como disputa do destino do fundo público [...]. [Dessa forma, visa] contribuir com a construção coletiva de um programa de esquerda, de transição efetiva para outra sociabilidade. (Behring, 2012, p. 154).

Neste trabalho não pretendemos esgotar o debate acerca do lugar que as políticas sociais pretendem ocupar na agenda capitalista da sociedade brasileira, mas também não podemos apenas desmerecer as conquistas alcançadas até aqui. Como foi citado, os ideais que permeiam a política de assistência social estão focados na prevenção de situações de “vulnerabilidade social”¹⁸ e na “proteção das famílias”¹⁹ e/ou indivíduos, mas nem sempre, estes mesmos são alcançados. Devido à má gestão do fundo público, precarização e sucateamentos nos serviços.

Dado o exposto, foi realizado um apanhado geral acerca dos moldes de organização da Política Nacional de Assistência para compreender de forma mais abrangente como esta política pública pode/deve atuar e de que forma demanda intervenção dos trabalhadores que compõem as equipes interdisciplinares, em especial nos CRAS.

Como foi abordado no tópico anterior, a interdisciplinaridade compõe a agenda de trabalho das políticas públicas no geral, partindo do pressuposto das Ciências Sociais de que a união dos múltiplos saberes pode elaborar respostas mais eficazes às complexas demandas que chegam aos serviços públicos.

De acordo com o parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 8742/93 (LOAS), “A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser

¹⁸ As quais são inerentes ao contexto capitalista, resultantes das contradições entre capital e trabalho que determinam as expressões da questão social. Foi utilizado este termo devido às nomenclaturas utilizadas pelas leis e orientações municipais, estaduais e federais, mas compreende-se a crítica tecida acerca dos termos “vulnerabilidade social” e/ou “risco social”, uma vez que, os mesmos são caracterizados como expressões da questão social e são inerentes às contradições do capital.

¹⁹ A assistência social é fomentada pelo conceito do familismo, onde, por muitas vezes, desresponsabiliza o Estado por demanda que seriam de sua competência e sobrecarrega a instituição família (pensada em seus moldes hétero-patriarcais) com os mesmos.

garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS” (Brasil, 1993, s.p). De acordo com a NOB-RH/SUAS “Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”(Brasil, 2011, pág 25)

O Conselho Nacional de Assistência Social, em concomitância com os Conselhos Municipais da Assistência Social de cada município devem, através de diagnóstico prévio acerca das especificidades que assolam cada território, estipular a formação das equipes de referência que atendem os equipamentos, serviços e programas socioassistenciais.

Além da coordenação e participação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, em 2007 o Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desenvolveu um documento primordial para o entendimento acerca das equipes técnicas que compõem o SUAS, a NOB-RH/ SUAS. Em 2011 é redigida uma versão comentada do documento que tem como objetivo tornar-se mais acessível e compreensível, tanto pelos trabalhadores, quanto pelos usuários da assistência social. “A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social serviços públicos de qualidade.” (Brasil, 2011, pág. 13)

Segundo o documento citado, pensar na estruturação do serviço prestado compreende ampliar e distinguir as estruturas organizacionais, para que os usuários tenham suas demandas acolhidas e respondidas por profissionais capacitados.

Para a implementação do SUAS e para se alcançar os objetivos previstos na PNAS/20004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS. A gestão do trabalho no âmbito do SUAS contribui para aprimorar a gestão do Sistema e a qualidade da oferta dos serviços na perspectiva de consolidar o direito socioassistencial. (Brasil, 2011, pág. 15)

Em tese, a política de assistência demanda profissionais devidamente qualificados, em sua grande maioria, aprovados por concurso público. Porém, esta não é a realidade de grande número dos municípios brasileiros. Contextualizando para a região em que estamos inseridos, foi realizada pesquisa no Portal da Transparência do Município de Ouro Preto²⁰ e constatou-se que existem 3252 funcionários ativos (dados que não incluem terceirizados e cooperados).

²⁰ Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/transparencia/servidores>

Dentre os servidores ativos, menos da metade, 1917 são efetivos²¹, enquanto 812 são contratados²², 291 comissionados²³ e o restante representa cargo político. O vínculo empregatício impacta diretamente na atuação profissional. No caso específico de Assistentes Sociais,

As mudanças e reestruturações do mercado de trabalho afetam o exercício profissional do assistente social na medida em que este é um profissional assalariado e que também tem obtido a sua inserção no mundo do trabalho através da prestação de serviços, da terceirização e do trabalho em Ongs e fundações. No que tange a autonomia profissional neste mercado diversificado e reconfigurado, vê-se que embora ainda a maioria dos assistentes sociais advenha de empresas públicas, a estabilidade do vínculo empregatício não lhes confere maior autonomia. (Taborda, Man, Perifer, 2015, p.02)

Ainda segundo a NOB-RH/SUAS, a respeito da formação das equipes de referência de Assistência Social de cada município, o documento prevê que:

A gestão do trabalho no SUAS deve ocorrer com a preocupação de estabelecer uma Política Nacional de Capacitação, fundada nos princípios da educação permanente, que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais. Além do princípio da educação permanente, a Política Nacional de Capacitação do SUAS (PNC/SUAS) deve **contemplar o princípio da interdisciplinaridade**. (Brasil, 2011, pág 17 - grifos nossos)

O princípio da interdisciplinaridade proposto pela NOB-RH/SUAS prevê a constituição de equipes de referência para cada equipamento da assistência social, contendo profissionais de diversas áreas diferentes. O conceito referência para o SUAS está relacionado ao vínculo que é estritamente necessário entre profissional e usuário para que seja realizado um trabalho de qualidade e as demandas sejam atendidas de forma eficaz, visando a viabilização de direitos.

Para os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a regulamentação prevê o seguinte quadro:

QUADRO 2: Estrutura profissional dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

²¹ Aprovados por concurso público, gozando de todos os direitos trabalhistas que esta modalidade prevê.

²² Contratações diretas, sem necessariamente, processo seletivo prévio.

²³ Considerados “cargo de confiança”, nomeado por agentes políticos, podendo ocupar cargos de chefe de departamentos.

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

24

Para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), existe outra orienta o de organiza o de quadro profissional, sendo exemplificada abaixo:

Estrutura profissional dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

25

No âmbito da alta complexidade, existem diferencia es de equipes entre os equipamentos que a compõe, para atendimento   pequenos grupos, como ocorre em abrigos institucionais, casas de passagem e casa-lar, exige-se a seguinte composi o:

Estrutura profissional dos abrigos, casas de passagem e casa-lar

²⁴ Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

²⁵ Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Assistente Social	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.

Para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, segue o quadro recomendado:

Estrutura profissional do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	nível superior	1 profissional referenciado para até 45 usuários acolhidos.
Assistente Social	nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.

Para Repúblicas:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	nível superior	1 profissional referenciado para até 20 usuários
Assistente Social	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários em até dois equipamentos.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários em até dois equipamentos.

E, por fim, para as instituições de longa permanência para pessoas idosas, a regulamentação prevê o seguinte quadro profissional:

Estrutura profissional para instituições de longa permanências para pessoas idosas

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
1 Coordenador	nível superior ou médio
Cuidadores	nível médio
1 Assistente Social	nível superior
1 Psicólogo	nível superior
1 Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais	nível superior
Profissional de limpeza	nível fundamental
Profissional de alimentação	nível fundamental
Profissional de lavanderia	nível fundamental

Foram apresentadas todas as formas de equipe de referência orientadas pela regulamentação do SUAS para explicitar a sua organização, porém, é importante ressaltar que os próprios municípios também possuem autonomia de moldar o seu próprio quadro profissional, em alguns, compõe também a equipe de técnicos de referência, o pedagogo, como ocorre em Ouro Preto (MG)²⁶, em outros locais, utiliza-se também da atuação profissional de terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais.

São críticas reflexivas que devem ser tecidas compreendendo o quão complexas são as demandas que chegam aos equipamentos públicos. Mesmo compreendendo, através das experiências enquanto estagiária no CRAS, atrelada aos diversos debates com a supervisora de campo, somada à dimensão Teórico Metodológica da profissão, que a união dos saberes pode ser algo benéfico, o que vem à tona nesse contexto é o respeito às atribuições privativas e competências de cada profissional, que por muitas vezes, não são respeitadas,. Como exemplo básico, mas ilustrativo, em Ouro Preto (MG) o/a pedagogo/ pedagoga assume a função de técnico de referência do SUAS e é atribuído a este profissional, praticamente as mesmas funções destinadas aos psicólogos e assistentes sociais. Diante disso, questionamos: como os profissionais que compõem essas equipes compreendem o trabalho realizado na perspectiva da interdisciplinaridade? Há diferenças e similaridades na atuação dos profissionais das diversas áreas que atuam na política de Assistência Social?

²⁶ De acordo com o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/transparencia/servidores> e com o que foi observado durante os três períodos de Estágio Supervisionado em Serviço Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

2.3 - A compreensão do Serviço Social acerca do trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social

Desde a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este setor ampliou grande espaço no mercado de trabalho para as/os assistentes sociais e demais profissionais, ao mesmo tempo em que, enquanto profissional assalariado, que vende sua força de trabalho, a/o Assistente Social se insere, de forma cada mais vez profunda, nas situações que perpassam os interesses do capital e fomentam a precarização das políticas públicas. Segundo Raichelis (2010, pág 751), a Política de Assistência Social, ainda que constituída com base na interdisciplinaridade, é o setor que mais emprega profissionais do serviço social.

A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto. (Raichelis, 2010, pág. 751)

O Serviço Social, profissão regulamentada pela Lei nº 8662/1993, é demandado a atuar tendo como principal objeto de trabalho as expressões da questão social, e tem como principais demandas de trabalho o planejamento, gestão e execução de políticas públicas, mas, também pode atuar em espaços privados e organizações do terceiro setor. Dado o exposto, o profissional do serviço social, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais possíveis, é demandado a intervir junto às equipes interdisciplinares, compostas por profissionais de diversas outras áreas. A união de profissionais de diferentes áreas atuando sobre uma realidade compõe o trabalho coletivo que perpassa o serviço social.

Segundo Iamamoto (2019), o Serviço Social possui uma prática teórico-metodológica única, que lhe confere a capacidade de analisar a questão social e essa especificidade é fundamental para garantir a atuação propositiva e autônoma, especialmente no contexto interdisciplinar. Portanto, a preservação dessa especificidade é um dos maiores desafios enfrentados na contemporaneidade. Iamamoto (2019) adverte que a subordinação meramente técnica pode descaracterizar a profissão, e, para evitar isso é fundamental a luta pela preservação de suas atribuições privativas, além de ser necessário se manterem em constante

formação e capacitação, garantindo que sua intervenção seja alinhada com o projeto ético-político.

Para Iamamoto (2010) o trabalho interdisciplinar pode ser uma estratégia potente para enfrentar as múltiplas determinações que compõem as demandas sociais, especialmente em áreas como saúde, educação, assistência social e habitação. No entanto, a referida autora também adverte que a interdisciplinaridade pode representar riscos à preservação da especificidade da profissão, no caso particular do Serviço Social, em contextos institucionais marcados pela hierarquização, corre-se o risco de ser delegada à profissão a uma posição onde suas atribuições são diluídas e sua autonomia é comprometida.

Iamamoto (2019) argumenta que, para que o trabalho interdisciplinar seja efetivo e emancipador, é essencial que o Serviço Social mantenha sua capacidade crítica e sua especificidade, resistindo a funções meramente operacionais. Iamamoto (2010) salienta que esse trabalho interdisciplinar deve ser construído com base no respeito às atribuições de cada profissão envolvida, de modo a evitar que se torne um executor de tarefas alheias às suas competências privativas, garantido uma estratégia de promoção da justiça social e emancipação do sujeito.

A autora propõe que a resistência às pressões contemporâneas passa pela construção de uma prática interdisciplinar crítica, na qual seja possível atuar visando a transformação da realidade do sujeito, de modo que essa resistência seja construída a partir do fortalecimento das bases teóricas e ético-políticas da profissão, garantindo que não se transforme em uma ferramenta de controle social, mas de promoção de direitos e melhoria das condições estruturais que geram desigualdades. Assim o fortalecimento da profissão depende também da organização política dos assistentes sociais, que precisam lutar coletivamente pela preservação das suas atribuições. Para tal a autora destaca a importância das entidades representativas da categoria, como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

A atuação profissional é atravessada por diversas questões externas e estruturais, que perpassam a construção da sociedade capitalista e ainda, pelas diversas conjunturas que o sistema impõe, passando por momentos de crise, ciclos, entre outros. Como aborda Raichelis (2010, pág. 751) “as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais,

desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais.”

Raichelis (2010) também aborda que, por vezes, compreender os espaços sócio-ocupacionais que demandam atuação de assistentes sociais convém analisar e problematizar as dimensões contraditórias que perpassam o fazer profissional. Desse modo, atuar em política social - que é conveniente em tantos níveis ao capital, haja vista a construção histórica das políticas sociais no Brasil - demanda diariamente a reafirmação de um Projeto Ético Político que foi construído ao longo de muitos anos.

Os equipamentos da política de Assistência Social, por vezes, ainda demandam um profissão semelhante ao da constituição do Serviço Social, com imposições conservadoras e pouco potencial crítico e questionador. Atuar enquanto técnico de referência do SUAS implica diversos âmbitos, uma vez que, a categoria compreende a importância dos diversos olhares sobre a realidade dos indivíduos, mas também, entende a complexidade de tal atuação, frente a sucateamentos e precarizações, que buscam instituir uma lógica produtivista nas políticas sociais, onde todos devem executar as mesmas funções, com vistas a atingir metas quantitativas, que deveriam ser qualitativas, ou até mesmo, não deveriam ser tratadas como metas.

A afirmação do projeto ético-político no exercício profissional pressupõe em primeiro lugar, reconhecer a contradição implícita na afirmação desse projeto face ao trabalho assalariado, sendo necessário para tanto, compreender os elementos determinantes do trabalho do assistente social. Em segundo lugar, é necessário considerar as particularidades dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social, nas relações sociais de produção e no circuito do valor. (Pessanha, 2016, pág 03)

Pensar na atuação das/dos assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social, inseridos em equipes interdisciplinares demanda compreender os profissionais como trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho, neste caso, para o Estado, que possui responsabilidade de garantir acesso, ainda que em meio a contradições, a direitos sociais. Em concomitância com as colaborações acadêmicas de Pessanha (2016), o Estado enquanto órgão empregador submete os profissionais a uma atuação que, eventualmente, não condiz com o que é previsto pelas leis, regulamentações e direções profissionais.

Para a categoria, existem pontos positivos e negativos inseridos no trabalho interdisciplinar, o qual é centrado no trabalho da PNAS. É imprescindível a contribuição de olhares e saberes diferentes para responder às diversas demandas que atravessam as relações sociais e, conseqüentemente, o cotidiano dos indivíduos atendidos pela política de Assistência Social, uma vez que, as demais profissões, como exemplo a psicologia, a pedagogia

contribuem de forma eficaz para a compreensão das demandas encontradas, bem como do planejamento e execução da política pública.

Mas existem pontos negativos ao tratarmos da generalização das atribuições que os profissionais são submetidos. Devido aos frágeis vínculos contratuais, a autonomia profissional que é assegurada pela Lei de Regulamentação da Profissão, e que é considerada uma autonomia relativa, torna-se, por vezes, meramente inexistente, frente às precarizações do trabalho.

A autonomia profissional do assistente social se ancora em um legado normativo conquistado historicamente por meio da organização e luta da categoria - Lei de Regulamentação, Código de Ética e as Diretrizes Curriculares – os quais definem atribuições/ competências, parâmetros éticos-políticos para o exercício profissional, defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados à população, formação profissional orientada pelos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, do trabalho profissional e na formação sócio-histórica da sociedade, dentre outros elementos norteadores do exercício profissional conferindo autonomia profissional. A expansão da margem da autonomia profissional nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social requer o respaldo coletivo da categoria que sustente e fortaleça as prerrogativas legais conquistadas. Requer também um perfil da profissão dotado de competência crítica capaz de desvendar os fundamentos conservadores e tecnocráticos da “competência” presentes nas instâncias burocráticas do Estado. A competência crítica necessária se refere àquelas propostas nas Diretrizes Curriculares (Pessanha, 2016, pág. 07)

Dado o exposto, faz parte do cotidiano profissional, a busca pela formação continuada embasada no Projeto Ético Político e a luta da categoria para prevalecer seus direitos profissionais, visando a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Ainda sobre o trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social, compreende-se também que, não só o Serviço Social é atravessado negativamente pela generalização das atribuições, mas também os demais colegas profissionais, que são convocados a intervir em determinadas situações, utilizando-se de certos instrumentais sobre o qual, muitas vezes, não têm domínio.

Com base nisto, o presente capítulo pretende tecer uma análise crítica-reflexiva acerca do trabalho interdisciplinar na Política Nacional de Assistência, buscando compreender como se dá tal atuação dos profissionais assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, com vistas a identificar as similaridades e diferenças no trabalho realizado por estes como equipe de referência, a fim de problematizar a questão das competências e atribuições privativas de Assistentes Sociais nesta área de atuação. Como citado na introdução, o que motivou o interesse pelo tema deste trabalho, foi a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Padre Faria, inserido na

Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Portanto, este tópico pretende aprofundar nos limites e possibilidades para atuação na Assistência Social, bem como na estruturação das equipes dos CRAS, perpassando pelo trabalho interdisciplinar e como este se apresenta, em pontos positivos e negativos para o equipamento.

2.4- Diferenças, similaridades e/ou divergências acerca da compreensão sobre o trabalho interdisciplinar dos profissionais que compõem as equipes dos CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento público, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente na Proteção Social Básica. O CRAS é conhecido como a “porta de entrada” da Assistência Social, por ser, em grande maioria, o primeiro equipamento que os usuários acessam. O equipamento tem o intuito de realizar um trabalho de prevenção contra as situações de violações de direitos, visando o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (Brasil, 2009, pág 09)

Acrescenta o documento elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, intitulado Orientações Técnicas para Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) acerca dos objetivos do CRAS:

A gestão territorial da proteção básica responde ao princípio de descentralização do SUAS e tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximo do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais. (...) A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica viabiliza o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social; contribui para a definição de atribuições das unidades, para a adoção de fluxos entre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e os serviços de convivência; e promove a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos beneficiários de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais, com prioridade para os mais vulneráveis. (Brasil, 2009, pág. 20-21)

A Política Nacional de Assistência Social centra seus serviços na matricialidade sócio familiar²⁷, o que é um ponto a ser questionado com bastante embasamento pelos profissionais responsáveis em planejar e executar os serviços, principalmente pelo serviço Social, por se tratar de uma categoria crítica e que instiga a formação de profissionais engajados.

O CRAS é um equipamento de “portas abertas”, ou seja, recebe atendimento ao público, sem necessidade de encaminhamento prévio. O equipamento possui alguns serviços que são previstos por lei federal, sendo estes o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), sendo o serviço essencial à todo CRAS, o mesmo não pode ser realizado por nenhum outro equipamento das Políticas Públicas.

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. (Brasil, 2009, pág 12)

Além do PAIF, os CRAS também são responsáveis pelo planejamento e execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), responsável por elaborar oficinas, rodas de conversas, entre outras ações lúdicas, onde é possível estreitar os vínculos entre usuários e profissionais do SUAS e, também, reconhecer demandas socioassistenciais existentes no território. Além disso, o equipamento trabalha com benefícios eventuais²⁸. Em alguns municípios, os equipamentos contam em sua própria estrutura com postos de atendimento responsáveis pelo Cadastro Único do Governo Federal, mas também fica a cargo da autonomia dos municípios. Acerca do trabalho social com famílias, que basicamente, é central nos CRAS, devemos levar em conta que

A família vem sendo chamada para assumir inúmeras responsabilidades, mas nem sempre esta tem condições de cumprir com os seus papéis, uma vez que a família pensada pouco se assemelha a família vivida, sendo que esta não traz consigo apenas coisas boas, há violências, dificuldades, separações, tristezas, pobreza, violações e poucas perspectivas. Dessa forma, a família vivida traz consigo a vivência de inúmeras expressões da questão social, o que acarreta em privações sociais. (Garcia, Cunha, 2016, pág 04)

²⁷ “A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica.” (Brasil, 2009, pág 12)

²⁸ “Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.” (Brasil, 2011, s.p)

Como todos os equipamentos do SUAS, os CRAS contam com equipe interdisciplinar responsável por atender às diversas demandas que chegam ao serviço público. Em grande maioria, e em concomitância com a NOB-RH/SUAS, os CRAS demandam intervenção profissional de assistentes sociais e psicólogos que atuam como Técnicos de Referência do SUAS, mas este é um ponto que cabe à autonomia dos municípios de apontar quais as necessidades para o quadro profissionais dos seus equipamentos, como um exemplo, no município de Ouro Preto (MG), com base na experiência de estágio, profissionais formados em Pedagogia também são contratados como técnicos de referência, conforme demonstra o quadro abaixo:

Estrutura profissional para funcionamento dos CRAS

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

De acordo com as Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. (Brasil, 2009, pág. 63)

Considero relevante a citação dessa informação para refletir acerca da importância do vínculo criado entre os profissionais e os usuários para o bom funcionamento do serviço, o que é extremamente impactado pela rotatividade de profissionais, quando os mesmos não são efetivos. Dado o exposto, é importante analisar a função de cada técnico de referência do SUAS, de acordo com as especificidades da sua profissão, que não caiamos na generalização das profissões, que é um grande desafio dentre a interdisciplinaridade. Quanto ao perfil e atribuições dos profissionais de nível superior dos CRAS, as Orientações Técnicas preveem que:

Técnico de Nível Superior

Perfil:

Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.

Atribuições:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva.
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
- Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;
- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

29

Em concomitância com o perfil de profissionais demandados pelo SUAS, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender o que cada profissão compreende acerca do trabalho interdisciplinar na PNAS, além disso, quais as similaridades e divergências entre cada atuação profissional. Para atingir tal objetivo foi realizado um levantamento de referências bibliográficas acerca das áreas do serviço social, psicologia e pedagogia, onde foi possível organizar um material empírico utilizado como base para a pesquisa.

A busca foi realizada a partir do uso das palavras chaves: assistente social; cras; requisições indevidas; política de assistência social; competências; atribuições; assistente social; demandas institucionais; requisições. No site do 15º CBAS foram encontrados 160 artigos, destes, 15 abordam a atuação do assistente social no CRAS. No site do 16º CBAS, 91 artigos, dos quais 7 abordam a atuação do assistente social no CRAS. Nos anais do ENPESS 2018 foram encontrados 3 artigos, onde 2 dispõem sobre a atuação do assistente social no CRAS.

Já na área da psicologia, as pesquisas foram realizadas no site do SCIELO e no *google acadêmico*, utilizando as seguintes palavras chaves: psicologia; cras; psicólogo; assistência

²⁹ Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf

social; parâmetro de atuação. Nesta busca foram encontrados 40 artigos, destes, 14 tratam das competências da profissão no CRAS. No mesmo site foi realizada a busca por referências da pedagogia, usando as seguintes palavras chave: pedagogia; parâmetro de atuação; assistência social, onde foram encontradas 11 referências e dessas, 3 tratam da atuação de pedagogos nos CRAS. Com base nisto, foi realizado um recorte dos artigos que mais atendiam as requisições do presente dá trabalho, que busca compreender as semelhanças, divergências e desafios do trabalho interdisciplinar, compreendido a partir de cada profissão, inserido nos CRAS.

Com base nisso, foi feito um recorte dos artigos que mais condizem ao tema do trabalho interdisciplinar nos CRAS, buscando compreender de forma mais ampliada como este se dá. Entre os artigos do Serviço Social, destacou-se a elaboração de Silva et al (2016), no documento “*A implementação da política nacional de assistência social: desafios e estratégias do serviço social no CRAS*”, divulgado no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O artigo faz um recorte de um tema de suma importância para compreender a crítica que o Serviço Social é demandado a fazer à organização dos serviços prestados, não só pelo CRAS, mas por todo o SUAS, o qual trabalha centrado na matricialidade sócio-familiar. As autoras, embasadas nas contribuições de Mito (2004), entre outros pesquisadores para discutir o padrão familiar que a PNAS busca trabalhar. Além disso, neste artigo, realizou-se pesquisa de campo no CRAS Presidente Itamar Franco, onde constatou-se acerca do trabalho realizado pela/pelo assistente social:

Um dos principais serviços em que o assistente social do CRAS Itamar Franco atua é no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família que consiste no trabalho social com famílias em prol da promoção de suas potencialidades e identificando as necessidades e vulnerabilidades vivenciadas. Esse serviço é desenvolvido por assistentes sociais e outros profissionais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). (Silva et al, 2016, pág 08)

O artigo citado expressa de forma sucinta a atuação profissional do Serviço Social no equipamento, mas deixa margem para entendimento de que não há muitas diferenças entre as atribuições de assistentes sociais e dos demais profissionais de nível superior, contribuindo para a conclusão da possível “generalização” profissional que ocorre com a instituição do Técnico de Referência.

Outro relevante documento - que inclusive já foi citado em outros momentos neste trabalho - é a construção de Pessanha (2016), também divulgado no 15º CBAS, intitulado “*Trabalho, assistência social e projeto ético-político*”. O artigo trata de um estudo acerca das contribuições do/da assistente social na PNAS, compreendendo-o como um profissional

assalariado, que possui seus desafios e possibilidades inserido nos espaços sócio-ocupacionais.

Pessanha (2016) atua como agente fiscal da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, 7º Região e expressa, em seu artigo, alguns resultados analisados com as visitas de fiscalização nos CRAS da região fluminense, como:

Ao realizar sistematização desses dados nos espaços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - unidades municipais de implementação da Política de Assistência Social (PNAS) – de municípios do norte e noroeste fluminense, deparou-se com a inexistência de registros, ausência de documentação específica do Serviço Social, projetos de intervenção, bem como, outros elementos da sistematização do trabalho. Constatou-se ainda que as condições de trabalho não compareciam no registro de condições técnicas e éticas adequadas nos termos da Resolução CFESS 493/2006. (Pessanha, 2016, pág 01)

A Resolução CFESS nº 493/2006, citada por Pessanha (2016) discorre sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. A resolução é responsável por definir as condições físicas e éticas necessárias para o fazer profissional das/dos assistentes sociais. Infelizmente, questões relacionadas ao espaço físico de trabalho, ausência de possibilidade do sigilo profissional, devido a locais precários de trabalho, ausência de material técnico, arquivo para manter os documentos profissionais sigilosos tornam-se comuns à prática profissional de muitos assistentes sociais, o que impacta diretamente na sua atuação profissional.

Uma questão relevante citada por Pessanha (2016), que condiz com o artigo citado anteriormente, é a ausência de registros específicos do Serviço Social no equipamento, o que nos leva a mais uma vez, discutir sobre a atuação do Técnico de Referência, onde, na maioria dos equipamentos, não exige diferenciação das abordagens profissionais. Pessanha (2016, pág 04) aborda sobre a importância da compreensão da categoria enquanto profissional assalariado, inserido na divisão sociotécnica do trabalho:

O trabalho do assistente social, considerando o seu duplo caráter, exige o reconhecimento de seu valor de uso, ou seja, de seu significado na reprodução das relações sociais, remetendo à necessidade de confrontar o exercício profissional com o projeto ético-político da profissão, visto que este define a direção social a ser impressa no trabalho realizado. Ao mesmo tempo, exige que se reconheça o assistente social enquanto força de trabalho assalariada que se confronta com o empregador numa relação entre livres proprietários de mercadorias equivalentes. Enquanto força de trabalho assalariada, o trabalho do assistente social se insere no ciclo global de reprodução do capital - no caso das políticas públicas - na esfera da circulação do capital. Considerar o duplo caráter do trabalho do assistente social pressupõe análise sobre o duplo aspecto: o primeiro refere-se à sua situação de classe social, ao dispor de sua força de trabalho como única

mercadoria de troca para sua reprodução; o segundo se refere ao significado do seu trabalho na política de assistência social frente ao projeto ético-político do Serviço Social, condicionado, devido à sua condição de assalariado, por uma relativa autonomia. Tomando o duplo caráter do trabalho do como pressuposto, verifica-se que o assistente social – assim como o conjunto da classe trabalhadora – está submetido aos constrangimentos das relações sociais de produção nesta fase de crise do capital, onde este avança sobre o trabalho e sobre as conquistas sociais, impondo-se a este profissional na Política de Assistência Social, um trabalho com viés tecnicista e produtivista, decorrente do contorno Gerencial que o Estado adquire nessa Política a partir da implantação do Sistema Único da Assistência Social, contribuindo desse modo, para a precarização do trabalho do assistente social e para maior relativização de sua autonomia profissional.

Como tema que foi abordado ao longo de todo o trabalho, a questão estrutural do capital interfere diretamente na atuação profissional das/dos assistentes sociais. A autora aborda de forma muito bem estruturada a relação que a profissão tem com a sociedade capitalista, onde mesmo não sendo responsável por produzir mais-valia, é atravessada pelos interesses do capital, na forma do Estado³⁰.

Mais um relevante artigo para a pesquisa, também divulgado no 15º CBAS, elaborado por Moljo (et al, 2016) é intitulado como “*Breves Apontamentos Acerca do Exercício Profissional do Assistente Social nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG*”. A pesquisa citada foi financiada pelo CNPQ e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e busca compreender o exercício profissional de assistentes sociais nos CRAS, contando com revisão de bibliografia e pesquisa de campo nos CRAS do município de Juiz de Fora (MG).

O artigo inicia com um breve resgate histórico acerca da constituição do Serviço Social, compreendendo a sua gênese particular de um contexto muito bem definido, de potencialização das expressões da questão social. O documento propõe, ainda, delimitar as dimensões de atuação profissional, buscando inseri-las no bojo da construção social. “Diante disso, vimos que o objeto de intervenção do Serviço Social são as expressões da questão social, expressões essas produzidas pelo modo de produção capitalista – desigual e excludente.” (Moljo, et al, 2016, pág 06).

Com base nos dados empíricos da pesquisa realizada pelo grupo de discentes do mestrado, temos posto que: “Os dados provenientes da pesquisa são resultados da realização de 16 entrevistas com assistentes sociais inseridos em 5 (cinco) dos 9 (nove) CRAS’s do município de Juiz de Fora/MG.” (Moljo, et al, 2016, pág 07). Ressalto que a pesquisa foi

³⁰ Uma vez que, atuando na PNAS, o Estado assume a função de empregador, e como Marx aborda, assume a função de comitê executivo da burguesia, realizando a manutenção das condições necessárias para o funcionamento da ordem do capital.

realizada através de entrevista não só com assistentes sociais trabalhadores dos CRAS, mas também com usuários do equipamento.

Quanto aos dados obtidos, acerca do perfil profissional, constatou-se que todas as assistentes sociais são mulheres, o que reforça o fato da profissão ser composta, majoritariamente, por mulheres, em idades entre 20 a 61 anos e, entre as mesmas, 87,5% estudaram em instituição de ensino pública, o restante, em instituições particulares. A grande maioria das entrevistas possui pós-graduação Lato Sensu. Dentre as mesmas, mais de 81% não compõem organizações políticas, sejam elas, movimentos sociais, organizações da categoria, partidos políticos, entre outros. (Moljo, et al, 2016, pág 07) Acerca das condições de trabalho, as pesquisadoras constataram que:

A maioria das assistentes sociais definiram suas condições de trabalho, apontando que a estrutura física dos CRAS's é inadequada; os recursos humanos, materiais e financeiros são insuficientes; transporte escasso para realizar visitas domiciliares com mais frequências e concomitante uma maior aproximação com as famílias referenciadas nos CRAS's; salas de atendimento que não garantem o sigilo profissional; um excesso de demandas devido ao território abrangente; dentre outras questões. Esses elementos caracterizam como obstaculizadores do exercício profissional do assistente social. (Moljo, et al, 2016, pág 09)

Dentre as respostas alcançadas, foi tema central também a sobrecarga de trabalho vivenciada pelos profissionais do Serviço Social, onde os mesmos, são demandados a prestar respostas imediatistas às demandas provenientes das expressões da questão social, o que impede a reflexão crítica e a possibilidade de respostas bem elaboradas e eficazes. Quanto à sobrecarga de trabalho, pode ser resultante de equipes mínimas de trabalho insuficientes para atender o elevado índice de demandas que a Assistência Social brasileira tem recebido. O artigo é de 2016 e já apresentava essa questão, atualmente, em 2024, contexto pós pandemia de COVID-19, marcado pelo acentuamento das expressões da questão social, os serviços públicos da Política de Assistência Social encontram-se cada vez mais demandados.

Nestes termos, a deficiência nas equipes de referência fragiliza muito a política de assistência social, pois os recursos humanos são a “matéria-prima” no planejamento, na elaboração, na execução e avaliação da política de assistência social. Essa falta de recursos humanos tem implicado em condições inadequadas de trabalho aos assistentes sociais, que via de regra são os profissionais que sozinhos tentam responder às demandas dos usuários e inclusive as institucionais. Com essa deficiência na equipe de referência não há como implementar o SUAS; restringindo o exercício profissional do assistente social ao atendimento das situações emergenciais, correndo-se o risco de uma prática pragmática, movida pelo ativismo do dia-a-dia, sem superar a fragmentação do atendimento. (Moljo et al, 2016 pág 10-11)

As autoras concluem o artigo demonstrando que ainda há muito o que ser pesquisado neste âmbito, mas que, a precarização do trabalho é tema constante entre o fazer profissional do Serviço Social nos CRAS, compreendendo a relevância da formação continuada das/dos profissionais para enfrentar tamanhos desafios.

Também foram analisados artigos divulgados pelo 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), onde, através de um recorte dos mais relevantes acerca do tema, foram selecionados alguns para tecer algumas considerações. Inicialmente, abordaremos a contribuição de Cabral (2019) no artigo denominado “*O desempenho do/da assistente social no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social*”, que tem como objetivo apresentar os elementos que constituem o cotidiano profissional de assistentes sociais inseridos nos CRAS. Acerca dos instrumentos e técnicas profissionais, as autoras abordam:

Podemos elencar, dentre os instrumentais utilizados pelos assistentes sociais no trabalho do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que temos como a proteção básica da Assistência Social. Onde temos instrumentais como o atendimento individual, atendimento familiar, acolhimento, escuta, visita domiciliar, abordagem de rua, trabalho sócio-educativo, grupos, planejamento familiar, atendimento familiar emergencial, liberação de documentos, orientação, reunião, encaminhamento, entrevista, busca ativa, roda de conversa, oficinas, palestras. A percepção dos instrumentos não é problematizada por parte dos profissionais em uma perspectiva de meio, eles em sua maioria são relacionados como sinônimos de competência. Logo enfatiza mais uma vez o caráter técnico-operativo do trabalho em detrimento das demais dimensões. (Cabral, 2019, pág 05)

O artigo também demonstra, mais uma vez, a inexistência de material elaborado acerca da atuação específica das/dos assistentes sociais. Outro artigo relevante para a consolidação de um estudo crítico acerca do trabalho interdisciplinar nos CRAS é “*O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social: Um olhar crítico através dos dados das visitas programadas realizadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do Conselho Regional de Serviço Social/ 7º região - CRESS/RJ*”, escrito por Rangel e Costa (2019).

O artigo citado aborda, novamente, traz uma análise embasada nas visitas de fiscalização realizadas pelo COFI. Antes de adentrar nos dados da pesquisa, as autoras citam uma abordagem relevante para a compreensão das políticas sociais brasileiras.

Para essa discussão, entendemos que as políticas sociais são um espaço contraditório da atuação da assistente social crítica, uma vez que no contexto histórico de predominância do neoliberalismo no Brasil, essas políticas sociais se desenvolvem basicamente de forma restrita, conjuntamente com as exigências do modo de acumulação na produção reprodução capitalista, se opondo aos valores emancipatórios defendido pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. A política de assistência social se apresenta como um espaço histórico da atuação do Serviço Social. Nesse sentido, destacamos a presente conjuntura em que se encontra a política de assistência social no Brasil, com corte de orçamento, redução da responsabilidade do Estado e programas e

ações que descaracterizam o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas questões têm prejudicado diretamente os trabalhadores/as e os/as usuários/as dos espaços sócio-ocupacionais do SUAS, vislumbrando um desafio para a assistente social crítica que se encontra nessa política. (Rangel, Costa, 2019, pág 02)

Com base na pesquisa de campo, foi realizada visita em dez equipamentos que compõem o SUAS, sendo estes, quatro CRAS, três CREAS e demais serviços de atendimento à mulher e à crianças e/ou adolescentes. De acordo com as respostas, constatou-se que, pelo menos, metade dos equipamentos não possuíam projeto de intervenção. Outra resposta que nos chama atenção é a resposta acerca das atividades incompatíveis com a Lei de Regulamentação da Profissão, onde grande maioria das profissionais responderam que não realizam. Por fim, as profissionais foram indagadas acerca do conhecimento das Regulamentações do CFESS-CRESS, que mostra que, a maioria, conforme abordam as autoras, mesmo que de maneira “tímida”, reconhecem algumas regulamentações.

O artigo é finalizado com mais uma afirmação acerca dos diversos desafios postos a atuação profissional dos/das assistentes sociais e ainda, reforça a importância da formação continuada, da participação de organizações coletivas e do empenho em, mesmo em um contexto de ataque às políticas sociais, busca priorizar uma atuação à luz do Código de Ética Profissional.

Piva, Silva e Pereira (2019) se debruçaram acerca do tema no artigo “*O trabalho do assistente social no CRAS: alguns apontamentos sobre a intervenção profissional*”, onde discutem a concepção do trabalho e a sua compreensão na contemporaneidade. O documento discorre da seguinte forma:

O trabalho do assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é realizado em prol da contribuição da superação das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias e se executa de diversas formas (através de acolhida, entrevistas aos usuários, reunião com famílias e com a equipe do CRAS, estudo de casos, visitas domiciliares, reuniões institucionais, encaminhamentos, articulação da rede, busca de parcerias com cursos e projetos de capacitação profissional e geração de renda, ações nas comunidades, participação em eventos visando à qualificação profissional). Nesse sentido, a atuação profissional se materializa através de ações técnicas em prol do efetivo acompanhamento dos usuários inseridos no Programa. Desse modo, o trabalho social com famílias requer uma escuta qualificada e cuidadosa, buscando entender as reais demandas dos usuários, a fim de identificar não só os pontos de vulnerabilidade, mas também a existência de recursos disponíveis. (Piva, Silva, Pereira, 2019, pág. 06)

As autoras abordam que existem três categorias que devem ser inerentes ao trabalho das/dos assistentes sociais nos CRAS, sendo estas, a Organização do Trabalho, Caracterização do Trabalho Profissional e as Relações no Espaço de Trabalho, onde o profissional é

demandando a conhecer as estruturas de trabalho, a forma como o serviço é organizado e como pode ser desenvolvido, com o intuito de atender de forma mais qualificada os usuários.

No CRAS, a atuação do Serviço Social se concretiza de forma propositiva em suas diversas atividades, visando estabelecer ou restabelecer às famílias a condição de sujeitos de direitos, configurando-se como um importante papel para a consolidação da cidadania. A reflexão crítica sobre a intervenção profissional e a compreensão do contexto sócio-histórico em que está inserido o usuário, visa contribuir com a totalidade da democratização dos direitos sociais. (Piva, Silva, Pereira, 2019, pág 10)

Em suma, o que é o artigo nos traz não difere muito dos demais analisados, com relação aos desafios inerentes a estrutura do capital, que impacta diretamente na atuação profissional das assistentes sociais e outras profissões inseridas no SUAS, mas as autoras trazem de forma mais clara que, o que diferencia a atuação do Serviço Social, é o nosso objeto de trabalho, que sempre será as expressões da questão social. Ter isso em mente nos faz refletir e questionar sobre as engrenagens do sistema capitalista e sobre a organização das políticas sociais, visando, atuar, em prol da classe trabalhadora.

Após a seleção dos artigos mais relevantes elaborados por profissionais do Serviço Social acerca do trabalho interdisciplinar nos CRAS, realizaremos o mesmo com os documentos elaborados por profissionais da Psicologia, a princípio com os artigos encontrados através do *google acadêmico*.

O artigo “*A Psicologia nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): um panorama das publicações científicas brasileiras de 2004 a 2014*”, escrito por Motta e Pizzinato (2015) nos introduz à temática, ao delimitar, através de revisão de literatura, a relevância que o tema vem apresentando entre os profissionais da psicologia inseridos na academia. Os autores utilizaram as palavras-chave: CRAS, Assistência Social e Psicologia para identificar os materiais existentes, e, após a pesquisa, encontraram 314 artigos, dentre os mesmos, 39 estudos selecionados, onde 20 foram analisados na íntegra. De acordo com a periodicidade das elaborações, aos autores registraram que:

Ao observar o recorte temporal escolhido, identificamos que, entre os anos de 2004 a 2008, não houve trabalhos selecionados, de acordo com os critérios estabelecidos e detalhados acima. No período de 2009 a 2014, foram 20 estudos selecionados. Notamos que os anos de maior publicação foram 2009, 2011 e 2013, cada um contabilizando 4 (20%) trabalhos; em 2014, contabilizamos três (15%), assim como em 2010 três estudos; 2012 totalizou dois (10%) trabalhos. Observamos que por ser uma política social, oficialmente, recente no País, os estudos tendem a intensificar-se a partir da implementação do SUAS, na medida em que as demandas e as necessidades postas, diariamente, na prática profissional, também podem potencializar o interesse em empreender mais discussões sobre o tema. Além disso, Costa, Amorim e Costa (2010) destacam, principalmente a partir dos anos 2000, que fatores como o crescimento e a estruturação da área, o sistema de editoração e da expansão dos cursos de pós-graduação, atrelados à produtividade exigida pelas agências financiadoras e ao desenvolvimento da

Psicologia como ciência e profissão, contribuem para o acréscimo das publicações. (Motta, Castro, Pizzinato, 2015, pág. 343)

E quanto ao vínculo institucional dos autores, bem como um recorte sobre o território do país em que estavam inseridos, temos que:

Quanto à vinculação institucional dos (as) autores (as) principais dos estudos analisados versam por instituições provenientes do nordeste com 11 estudos (55%) e sudeste do país com 5 (25%). No que se refere à vinculação dos (as) autores (as) principais foram a Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), com 5 (25%) dos documentos, e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com 3 (15%), concentraram as publicações. Podemos enfatizar que as temáticas que articulam Psicologia e CRAS, podem estar sendo mais discutidas e problematizadas no Nordeste e no Sudeste, em virtude de especificidades, sejam locais e/ou acadêmicas daquelas regiões. Outro fator relevante é que, nos últimos anos, uma política de incentivo à pesquisa tem se estabelecido nas outras regiões do Brasil. Costa, Amorim e Costa (2010) referem que, recentemente, há uma tendência de políticas científicas governamentais em enfrentar o desequilíbrio, a exemplo da descentralização de editais para fomento à pesquisa por meio das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs); e pela interiorização do ensino superior público, com a eventual interiorização da pesquisa. O Nordeste conta com uma participação de 16.4% no total da pós-graduação brasileira, aproximando-se da região Sul, a segunda com maior número de cursos, com 19.8 %, (CAPES, 2011). (Motta, Castro, Pizzinato, 2015, pág. 344-345)

Com base nos artigos analisados, Motta, Castro e Pizzinato (2015) concluem que sua categoria profissional ainda possui dificuldades em analisar o que é, de fato, atribuição privativa da psicologia, por se tratar de uma política social, relativamente nova³¹. Mesmo realizando um recorte onde foram encontrados diversos artigos que discutiam a temática, os autores ainda se encontram nesse novo espaço sócio-ocupacional. Uma questão relevante de ser discutida a partir dos dados conclusivos da pesquisa, é a compreensão dos profissionais de que a atuação clínica não pode estar inserida na Assistência Social, por se tratar de uma política social que demanda diferentes intervenções, visando compreender a raiz das expressões da questão social que atravessam a produção/reprodução social dos indivíduos usuários.

Ainda inserido na pesquisa realizada pelo *google acadêmico*, temos a contribuição de Costa (2017), no artigo “*A importância do psicólogo no CRAS: um estudo de revisão*”, onde a autora nos traz uma nova informação ao afirmar que a atuação profissional das/dos psicólogos nos CRAS é de extrema importância, uma vez que, estes “estudam os processos mentais dos indivíduos e os seus comportamentos” (Costa, 2017, pág 02). Este estudo, semelhante com o discutido anteriormente, também conta com análise dos materiais já

³¹ No contexto da escrita do artigo, o SUAS possui apenas 10 anos de constituição.

existentes no ambiente acadêmico da psicologia acerca da temática de atuação nos CRAS. A mesma aborda que,

Nessa perspectiva, destacamos que o psicólogo, como profissional no CRAS tem uma participação fundamental nas Políticas Públicas de Assistência Social. De acordo com Silveira e outros (2007, p. 20), enfatizam que “sua participação ética, crítica e articulada, o psicólogo pode ser um ator social importante, sensível às demandas sociais e criativo na busca de soluções”. Paralelamente, o psicólogo possui o conhecimento da subjetividade do indivíduo e das questões da coletividade, atuando em favor do bem estar da comunidade. Dito de outra maneira, Brigagão, Nascimento e Spink (2011, p. 214), destacam que para as Políticas Públicas, “a participação ativa dos profissionais da Psicologia tem possibilitado que estas incluam, tanto nos textos quanto nas práticas, o diálogo interdisciplinar como fundamental para auxiliar na busca de soluções para os conflitos e problemas sociais”. (Costa, 2017, pág 03)

E ainda que,

Nas referências de Dentz e Oliveira (2013, p. 2), “para o psicólogo, o CRAS representa a possibilidade de criar, por meio do diálogo e trocas interdisciplinares entre os membros da equipe e destas com a comunidade, o desenvolvimento de ações diferenciadas”. Logo, para obter resultados eficazes dentro do CRAS o psicólogo precisa trabalhar em equipe com outros profissionais, atuando focado em um trabalho interdisciplinar, no qual agrega vários conhecimentos e possui um objetivo em comum e também multidisciplinar, cujo reuni várias disciplinas em direção a um objetivo final. (Costa, 2017, pág 03)

Com base no artigo citado, é possível concluir que os psicólogos possuem uma abordagem profissional no SUAS embasada na análise do subjetivo dos indivíduos, buscando, por vezes, ao compreender essa questão, formular respostas qualificadas para atender as duas demandas, juntamente dos demais profissionais que compõem a equipe interdisciplinar.

Por fim, dentre os artigos encontrados no *google acadêmico*, destacou-se a produção de Souza, Medeiros e Silva (2021), intitulado “*A atuação do psicólogo no CRAS: uma revisão sistemática da literatura*”. O documento se materializa como uma pesquisa através de revisão de literatura, que busca compreender como se dá a atuação dos psicólogos nos CRAS, analisando materiais publicados no período de 2011 a 2020, o que nos chama atenção, por ser o mais recente material de psicologia analisado até aqui.

O artigo em questão também analisa a NOB-RH/SUAS e identifica o momento em que os psicólogos são demandados para atuar na PNAS, a partir da Resolução nº17/2011, compondo, obrigatoriamente, as equipes interdisciplinares. Os autores, após busca ampliada e recortes dos materiais mais relevantes para atingir seus objetivos, analisaram 35 trabalhos que haviam sido publicados no recorte temporal citado anteriormente. A partir do material analisado, concluiu-se que, compreende a atuação profissional da psicologia nos CRAS:

As produções científicas analisadas apontam para a emergência de diversas atividades relativas à práxis psicológica nesse dispositivo da Assistência Social. Estas envolvem tanto as que são preconizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) quanto às ações tradicionais. No rol das principais atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos psicólogos no CRAS, tendo como base os artigos avaliados nesse estudo, encontram-se: o acolhimento, ações socioeducativas, registro das atividades, acompanhamento sócio familiar, visita domiciliar, busca ativa, mapeamento do território e articulação setorial/intersectorial. (Souza, Medeiros, Silva, 2021, pág 17)

De acordo com a análise dos autores, a atribuição mais assinada aos profissionais foi o acolhimento, que pode ser realizado individualmente, assim que o usuário dá entrada no equipamento, através da escuta qualificada, ou de forma coletiva, através de grupos que ocorrem semanalmente ou quinzenalmente, buscando apresentar o equipamentos e os serviços ofertados. Além disso, outro serviço que mais demandou a intervenção profissional dos psicólogos foi o SCFV, “cujo intuito é possibilitar o compartilhamento de vivências entre os participantes, estimulando o sentimento de pertença e identidade social, bem como o fortalecimento dos laços familiares e comunitários”. (Souza, Medeiros, Silva, 2021, pág 18)

Colaborando para a conclusão de que a categoria analisada ainda possui dificuldades de compreensão acerca da sua intervenção profissional neste equipamento, os autores discorrem que o SCFV possibilita uma espécie de “clínica ampliada”, onde é possível analisar com mais afinco as demandas trazidas pelos indivíduos. Como já foi dito anteriormente, a clínica é uma prática profissional que não corresponde às demandas do SUAS. Por fim, o artigo retrata que os psicólogos também são demandados a atuarem em todos os âmbitos dos serviços da Proteção Social Básica.

Quantos aos artigos publicados pela Scielo, após recorte, foram selecionados quatro materiais para serem discutidos aqui. Iniciando pela contribuição de Dantas, Solon e Amorim (2011), no artigo “*A prática psicologia na Proteção Social Básica do SUAS*”. Uma questão que nos chamou a atenção, é que dentre as diversas leituras para a realização deste trabalho de conclusão de curso, pela primeira vez, um material de psicologia usou a expressão “sequelas da questão social”, diferentemente da maioria dos materiais, que aborda apenas os conceitos “vulnerabilidade e/ou risco social”, o que demonstra certa criticidade na leitura social. Os autores, assim como os do Serviço Social, retratam os desafios encontrados neste espaço sócio ocupacional.

A criação do SUAS estabelece âmbitos de trabalho cujo alvo de intervenção são famílias que padecem das sequelas da “questão social” na sua vertente mais perversa: os mais pobres dentre os pobres. Apenas esse fato já lança em cena questões de difícil manejo para o psicólogo. A primeira delas refere-se ao trabalho com pessoas cujos problemas são materiais, concretos e que

necessitam, em grande parte, de intervenções fora do escopo da clínica tradicional. Isso põe abaixo a crença de que os referenciais da Psicologia são soberanos, e que podem ser utilizados sem enquadre de espaço, tempo, contexto e indivíduos. A segunda refere-se ao trabalho institucionalizado, precário e em equipe (condições diferentes daquelas da profissão liberal, sobre as quais se conformou a profissão). Nesse caso, as características do trabalho impelem o psicólogo a um movimento que contradiz sua estruturação inicial. Como dificuldade adicional, tem-se a tentativa de manter uma identidade profissional, mas que atente para aspectos que escapam completamente ao que se reconhece como peculiar a esse campo. Ou seja, as fronteiras construídas pela Psicologia, dentro das quais caberia ao psicólogo apenas o que seria da ordem do sofrimento e da subjetividade, se rompem em direção a um compartilhamento de saberes e práticas que, em muitas vezes, ainda estão por se construir. (Dantas, Solon, Amorim 2011, pág 141)

A pesquisa do artigo citado, foi realizada através de entrevistas com profissionais da psicologia, trabalhadores dos CRAS da região metropolitana de Natal. Dentre as entrevistas, os autores citaram as atividades realizadas pelos profissionais em casa CRAS, e um dado alarmante é que 18 psicólogos de 16 CRAS realizavam atendimentos clínicos no equipamento. Por fim, os autores concluem que são inúmeros os desafios para a compreensão da categoria neste novo espaço sócio-ocupacional, e que a mesma ainda encontra-se inerte ao atendimento individual, o que destoa das provisões da Assistência Social brasileira.

O segundo artigo analisado faz parte da colaboração de Macêdo et al (2018), denominado “*Atuação dos Profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba*”. O estudo se constitui acerca de pesquisa com 8 profissionais da psicologia inseridos nos CRAS de seis municípios do interior da Paraíba, o qual delimitou o perfil das/dos psicólogos que atuavam nos CRAS da região. O perfil não difere muito das outras pesquisas já analisadas, com relação a gênero, faixa etária e vínculo empregatício, mas um dado que nos chama atenção é que, em grande maioria, os profissionais entrevistados apontaram que durante a graduação, não tiveram contato, tanto de disciplina, quanto de campo de estágio com equipamentos da PNAS, o que acaba limitando o olhar do profissional, mesmo que ainda em formação, apenas para práticas individualizadas.

Neste sentido percebe-se que os profissionais de Psicologia da assistência social do interior paraibano tiveram acesso a uma formação acadêmica baseada em um modelo que historicamente vem compondo o escopo dessa profissão e que dificulta atuação pautada numa perspectiva psicossocial, promotora de autonomia e protagonismo dos usuários do CRAS. (Macêdo et al, 2018, pág 1090)

E quanto às demandas de trabalho dos psicólogos nos CRAS, aos autores concluíram que,

A partir das falas dos profissionais de Psicologia acerca do que fazem numa semana típica de trabalho emergiram as seguintes categorias: Visitas domiciliares/acompanhamento, Atendimento individual, Encaminhamento,

Orientações para membros da equipe. Os dados empíricos revelaram que sobressai, nas falas dos profissionais de Psicologia, atividades com caráter psicossocial, seja por meio de busca ativa, acompanhamento de famílias que estão em condição de vulnerabilidade social ou de visitas a famílias, o que está representado por meio da categoria Visitas domiciliares/acompanhamento. (Macêdo et al, 2018, pág 1091)

A partir dos dados empíricos atingidos pela pesquisa, pode-se concluir que a categoria da psicologia avançou, de certa forma, na compreensão da sua atuação nos SUAS, mas que, como no Serviço Social, há ainda hoje, heranças do conservadorismo, na psicologia inserida na PNAS, ainda existem desafios em superar práticas individualizantes, semelhantes à clínica. Um ponto abordado pelos autores é que, os psicólogos buscam compreender a condição biopsicossocial dos indivíduos para formular respostas às demandas socioassistenciais, visando, ainda que, com as mesmas atribuições dos demais profissionais, elaborar estratégias que condizem com sua formação profissional.

O artigo *“Psicologia nos CRAS: uma análise dos dissensos e do processo de coletivização”*, escrito por Maheirie et al (2021) busca compreender os processos de trabalho nos CRAS, a partir das equipes de referência. O material atingiu seus objetivos, também, através de pesquisa de campo, com 14 entrevistas às equipes de CRAS de dois estados do Sul do país. O “trabalho compõe um recorte de uma grande investigação intitulada “Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social” coordenada pela professora doutora Kátia Maheirie, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).” (Maheirie et al, 2021, pág 07)

O artigo analisado conta com uma abordagem crítica acerca da construção da sociedade capitalista, o que o difere dos demais citados, outra diferenciação desta pesquisa também, é que foi realizada entrevista com profissionais da Psicologia e do Serviço Social. Neste documento, nota-se que, através das entrevistas, foi possível analisar certas divergências entre as equipes de trabalho, não por contrariedades a nível de formação profissional, mas em decorrência da alta demanda da PSB e da rotatividade das equipes, o que pode ser superado, segundo os autores:

Por fim, a pesquisa analisou que por mais que as atuações sejam marcadas por contradições, muitas equipes vêm, através da problematização e da transformação dos modos de se nomear e de se relacionar, reconfigurando o sensível no regime estético interno dos equipamentos. Outrossim, por meio da participação em encontros potentes com as/os usuárias/os, muitas/os profissionais da PSB vêm promovendo rupturas na partilha do sensível através da ampliação polifônica e heterológica dos enfrentamentos coletivos, criativos e comunitários às estruturalidades que configuram, a um só tempo, as violações de direitos e as condições de resistência. (Macêdo et al, 2021, pág. 13)

Por fim, foi analisado o artigo “*Atuação dos Psicólogos dos CRAS do interior do RN*”, escrito por Oliveira et al (2014) e tem como objetivo analisar a atuação profissional dos psicólogos que atuam nos CRAS dos municípios do interior do Rio Grande do Norte (RN). Mais uma vez, a pesquisa contou com entrevista a profissionais, onde 15 psicólogos de 14 CRAS diferentes responderam as indagações dos pesquisadores e foi possível mapear o seguinte perfil profissional:

Traçando um perfil dos entrevistados, 13 (dos 15) são mulheres, entre 24-34 anos, 10 psicólogos, formados há menos de 10 anos, prioritariamente em instituições de ensino públicas (10), localizadas na Paraíba (7) e no Rio Grande do Norte (3). Os psicólogos referiram estágio curricular realizado na área Clínica/Hospitalar (9), seguidos de Escolar (3), Organizacional (2) e Saúde Pública (1). No tocante ao tempo de trabalho em CRAS, 10 profissionais atuam há menos de dois anos. Contudo, quatro psicólogos estão lotados nesses equipamentos, desde a implantação do CRAS nos respectivos municípios (há mais de cinco anos). Todos possuem vínculo de trabalho temporário, e a carga horária semanal varia entre aqueles que prestam 40h (8) e menos de 30h (7). Os salários oscilam entre dois e quatro salários mínimos, renda que, de acordo com Heloani, Macêdo e Cassiolato (2010), acompanha a média do salário dos psicólogos inseridos em outros espaços, mas é inferior à média brasileira para os profissionais de nível superior. (Oliveira et al, 2014, pág. 105)

Como foi também apresentado em pesquisas anteriores, nesta, as principais atividades realizadas pelos psicólogos nos CRAS foi o acolhimento e trabalhos socioeducativos com grupos de indivíduos, fomentando o SCFV, mas de acordo com a tabela apresentada, os psicólogos realizavam, basicamente, todas as atividades necessárias ao funcionamento do CRAS. Foi possível concluir, mais uma vez, que os psicólogos inseridos nos CRAS possuem dificuldades em realizar as atividades que são previstas pelo SUAS, atuando em segmentos que não são de responsabilidade da PNAS, como exemplo, o exercício da atividade clínica, que também foi citado nesta pesquisa.

Partiremos, agora, para a análise dos documentos que abordam a atuação profissional dos pedagogos nos CRAS, o qual teve menor volume de material encontrado. É importante ressaltar que, dentre as três profissões analisadas, a pedagogia é a única que não possui Conselho Federal e/ou Regional. O primeiro artigo analisado é intitulado “*O trabalho do pedagogo nas entidades sociais: análise às ações pedagógicas integradas às políticas públicas de Assistência Social*”, escrito por Oliveira et al (2017), e tem como intuito discutir acerca da formação do pedagogo e a sua intervenção profissional na PNAS. São questões que nortearam a construção do estudo: “O pedagogo em sua formação é habilitado para desempenhar tais ações? Quais seriam suas funções? Quais os desafios do trabalho do

pedagogo nas entidades sociais? E quais são as contribuições deste profissional da área da educação para o setor da assistência social?” (Oliveira et al, 2017, pág 229)

Através da leitura, foi possível notar certa ausência de criticidade no artigo, o qual, majoritariamente, se relaciona à PNAS como “trabalho social”, inclusive, possui um tópico denominado “Serviço social e a políticas de proteção social básica e especial”, onde deixa margens para duas formas de entendimento, sendo a primeira, o reconhecimento de assistentes sociais na PSB, o que seria mais correta, mas ao decorrer da leitura, pode entrar em contradição ao entender que os autores estão se referindo aos profissionais, no geral, que trabalham com a PNAS.

Acerca da formação do pedagogo, o documento expõe

A pedagogia é a ciência que tem como finalidade refletir, sistematizar e fomentar a criticidade do processo educativo. De acordo com Libâneo (1998) a pedagogia como ciência contribui essencialmente por ocupar-se da sistematização e estudos das práxis educativas, no qual a sociedade se realiza através de processos de modo fundamental da condição humana. Sendo assim. A pedagogia investiga a natureza, as finalidades e processos às práxis da educação com o olhar para a realização dos processos em diversos contextos. Ela em si, a partir desse entendimento, o objeto parte do campo do conhecimento, das problemáticas, métodos e técnicas de investigação, assim considerando-a como ciência da educação. (Oliveira et al, 2017, pág 237)

O artigo aborda que, em sua gênese, a pedagogia era reconhecida “apenas” como o estuda forma de ensinar, mas que, posteriormente, tornou-se reconhecida também fora dos ambientes escolares, como exemplo, no SUAS. “As diretrizes e bases do curso também nos apontam que a pedagogia propicia estudos no campo da filosofia, história, psicologia, política econômica, áreas imbricadas e que contribuem para o redimensionamento das habilidades e capacidades deste profissional.” (Oliveira et al, 2017, pág 237)

A área de atuação da pedagogia que atua na PNAS é reconhecida como Pedagogia Social, e pode ser definida como

A pedagogia social é a área de conhecimento do pedagogo que atua na área social e contempla o conhecimento pedagógico emergido no campo da assistência social, ela possui caráter teórico e prático e está inteiramente relacionada com a socialização do sujeito, ela “sugere o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação de conflito ou necessidade social” (MCLAREM, 2002 apud TAVARES E SANTOS, 2010, p.10). O trabalho do pedagogo social está relacionado com a educação social e para os autores ela irá realizar-se em todos os contextos de desenvolvimento humano, dentro e fora da instituição escolar. (Oliveira et al, 2017, pág. 238)

Com base na leitura, foi possível compreender que a atuação dos profissionais enquanto pedagogos sociais, ainda é um campo recente de pesquisas e os mesmos estão nesse processo de reconhecer as suas demandas e atribuições nesse espaço sócio ocupacional.

Mesmo o artigo não abordando de forma aprofundada a atuação dos pedagogos nos CRAS, sua leitura foi relevante para assimilar a formação profissional dos mesmos.

O segundo artigo foi escrito por Tavares e Moura (2016) e possui como título “*Outros espaços, novos saberes: a atuação do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*” e tem como objetivo central reconhecer as atribuições do pedagogo nos CRAS. Para se atingir o objetivo, foi utilizado de referencial teórico e pesquisa de campo com profissionais dos cinco CRAS do município de Imperatriz (MA).

O documento faz um breve apanhado acerca das regulamentações da profissão e da constituição da Assistência Social como uma Política Pública de Seguridade Social brasileira. E quanto a atuação do pedagogo nos CRAS, aborda que,

Para realizar o atendimento no CRAS, é necessário que o pedagogo considere a realidade das pessoas atendidas e assim planeje atividades que, de fato, favoreçam o desenvolvimento pessoal e social daqueles que participam dessas atividades. A atuação do pedagogo na assistência social é resultado de um processo que busca contribuir para melhorar a vida das pessoas. (Tavares, Moura, 2016, pág. 355)

Através de pesquisa de campo, foi elaborado um perfil profissional dos pedagogos que atuam nos CRAS de Imperatriz (MA).

Em Imperatriz, os pedagogos que atuam no CRAS têm idade entre 31 e 48 anos. Logicamente, todos são formados em Pedagogia e o tempo de formação está entre 6 e 15 anos, com pós-graduação em diversas áreas, a saber: entrevistado A, com pós-graduação em Didática do ensino superior e Gestão em saúde pública; entrevistado B, com especialização em Educação e direitos humanos; entrevistado C, com pós-graduação em Psicopedagogia clínica e institucional, Neuropsicopedagogia e Pedagogia hospitalar; entrevistado D, com pós-graduação em Psicopedagogia e Educação infantil; entrevistado E, com pós-graduação em Gestão, administração e supervisão escolar, mestrado em Ciências da Educação e doutorado em Gestão e Ciências da Educação; e entrevistados F e G, com pós-graduação em Educação infantil. Quanto ao tempo de trabalho no CRAS, os entrevistados possuíam, na data da entrevista, de sete meses a três anos trabalhando no CRAS. Dos sete pedagogos entrevistados, três não conheciam o trabalho realizado no CRAS antes de irem trabalhar lá e quatro já tinham algum conhecimento sobre o assunto. (Tavares, Moura, 2016, pág. 359)

Sobre os dados alcançados com as entrevista, é possível concluir que os pedagogos assumem as mesmas funções que os demais Técnicos de Referência (assistente sociais e psicólogos), mas o que diferencia a atuação é o olhar que cada profissão possui acerca das demandas atendidas e possibilita diferentes planejamentos para cada indivíduos e/ou famílias usuárias do SUAS.

Por fim, teceremos análises acerca do artigo “*Pedagogia Social nos CRAS: Novos Entrecruzamentos Identitários para os/as Pedagogos/as*”, elaborado por Miranda e Silva

(2017). O documento também tem objetivo de discorrer acerca da atuação profissional de pedagogos nos CRAS, e em específico, as atribuições que são destinadas a este profissional enquanto Técnico de Referência.

O documento foi adaptado a partir de um trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, onde foi aplicada pesquisa de campo em CRAS de onze municípios da microrregião de Andradina/SP, buscando entender se os mesmos contavam com pedagogo nas equipes e como se dava tal atuação.

Os autores afirmam que a principal atribuição dos pedagogos nos CRAS é criar estratégias de trabalho com as famílias, mas que, segundo as Orientações Técnicas para funcionamento do equipamento, não há distinção entre as atribuições de cada técnico. Outra questão relevante abordada é que, na grande maioria das vezes, as graduações não preparam os discentes para campos tão diversificados, como PNAS.

Dado o exposto, foi possível concluir que existem regulamentações que distinguem as atribuições de cada profissional enquanto Técnico de Referência dos CRAS, mas o que é notório é que, mesmo assumindo as mesmas atribuições, os profissionais lançam mão de abordagens diferentes. O serviço social se posiciona enquanto profissão mais crítica quanto às estruturas da realidade dos indivíduos usuários, a psicologia se debruça a elaborar respostas que trazem à tona a subjetividade dos indivíduos, enquanto a pedagogia, busca contribuir de forma a planejar o acompanhamento familiar e grupal.

2.5 - Limites e possibilidades para a atuação do Serviço Social no interior das equipes interdisciplinares dos CRAS

O Serviço Social é uma profissão que possui sua atuação inserida nas contradições do capitalismo, onde o principal objeto de trabalho são as expressões da questão social. Para analisar os espaços sócio ocupacionais da/do assistente social, é necessário situar essa reflexão no contexto histórico e estrutural da sociedade capitalista, levando em conta os processos sociopolíticos que influenciam a forma como o Serviço Social se integra às contradições do capital. Isso envolve entender a profissão como uma categoria relacionada aos processos de produção e reprodução das relações sociais.

Desde o Movimento de Renovação do Serviço Social, a categoria é demandada para intervir pautada em um Projeto Ético Político que prevê a emancipação humana, e inserido na divisão social do trabalho. Busca se manter empenhada pela garantia de direitos da classe

trabalhadora. Infelizmente, mesmo nos dias atuais, com os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social empenhados em incentivar uma atuação crítica, formação continuada e permanente, de qualidade, com instituições de ensino qualificadas para formar profissionais críticos, o conservadorismo não foi extinto entre a categoria. Ainda hoje, tanto por demandas institucionais dos empregadores, quanto por motivações pessoais, práticas conservadoras ainda persistem no seio profissional do Serviço Social.

Ao mesmo tempo, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade — que orientam a direção social do exercício profissional. (Raichelis, 2010, pág. 752)

O Serviço Social é uma profissão que tem sido cada vez mais demandada nos diversos espaços sócio ocupacionais, sendo, espaços governamentais, financiados pelo município, estado, ou até mesmo governo federal, mas também instituições privadas e do terceiro setor. É necessário destacar que estamos inseridos em um contexto de acirramento das expressões da questão social, resultante das contradições do capital, e como marco central, da má gestão de governos negacionistas, que ainda impactam no contexto pós pandemia de COVID-19.

A demanda que já era extensa antes da pandemia - aqui ressalto para os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas não desconsidero os demais equipamentos de outras políticas sociais que estiveram extremamente sobrecarregados, como a saúde, dentre outros - tornou-se drasticamente maior no contexto pós pandemia do coronavírus. Além dos impactos diretamente relacionados à saúde, através da contaminação pelo vírus, a população pobre também foi acarretada pelo acirramento da situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que, o país retornou, após anos, ao mapa da fome. Portanto, neste projeto de pesquisa buscamos analisar os impactos da pandemia, somado a um governo negacionista e inimigo da população que estava no poder à qualidade de vida dos homens e mulheres brasileiros, os quais, em número alarmantes, passaram a acessar a Política de Assistência.

Sabe-se que os efeitos causados pela pandemia reverberam de forma devastadora em toda a sociedade, entretanto, há determinados grupos que estão mais expostos a adoecer e a terem impactos mais severos em suas condições de reprodução social e material de existência, como os segmentos que vivem nas periferias, a população em situação de rua, os idosos, as pessoas com deficiências, as crianças e adolescentes institucionalizadas, as mulheres em situação de violência doméstica, a população encarcerada, os indígenas, os refugiados, dentre outros. São esses segmentos que, antes da

pandemia, já sofriam com a frequente violação dos seus direitos humanos básicos, que vão apresentar demandas concretas para o/a assistente social em seus diversos espaços de atuação. (Pereira, Cronemberger, 2020, p.19)

Importante levar em conta que o serviço social é uma profissão que atua em meio às contradições da sociedade capitalista. A/o assistente social é requisitado a atender as demandas da classe trabalhadora, tendo como principal objeto de trabalho as expressões da questão social, ao mesmo tempo em que é empregada pelo Estado, o qual, de forma cada vez mais expressiva, se mostra em favor do capital e contra a classe trabalhadora. No contexto do capitalismo neoliberal, as políticas sociais são cada vez mais precarizadas, à medida que as expressões da questão social se mostram de forma mais acirrada na sociedade.

No contexto do capitalismo neoliberal, as políticas sociais atuam como forma de contenção social e cooptação da sociedade em torno da proposta e dos interesses burgueses, na busca do reconhecimento e aceitação da retórica de que o crescimento econômico levaria automaticamente ao desenvolvimento social. As políticas sociais não assumem caráter redistributivo, mas sim um caráter compensatório das desigualdades econômicas e sociais, originadas num modo de produção, extremamente, desigual e competitivo, motor propulsor e perpetuador da desigualdade social. (Grossi et al., 2013, pág 58)

Nesse contexto, mesmo após o Movimento de Renovação do Serviço Social, o capital espera da profissão uma prática ainda conservadora, que visa culpabilizar os sujeitos pelas expressões da questão social em que são inseridos. Porém, é papel da/do assistente social lutar contra essas práticas tradicionais, e assumir o compromisso proposto pelo Projeto Ético Político profissional, o qual

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (Netto, 1999, p. 104-5).

Com base no que foi dito, dentre as três dimensões profissionais do Serviço Social, a técnico-operativa trata especificamente sobre o fazer profissional dos espaços sócio-ocupacionais de trabalho. Paula (2023), explora como essa dimensão configura as mediações de respostas técnicas às demandas sociais, portanto, a mesma, não é vista como neutra ou apenas instrumental, mas como uma instância onde os valores ético-políticos e o conhecimento teórico-metodológico se concretizam na prática diária. Dessa forma, faz parte do fazer profissional a intrínseca luta pelo respeito e garantia do Projeto Ético Político Profissional.

Paula (2023) enfatiza também que o exercício da técnica está intrinsecamente vinculado às condições sociais/ estruturais em que os profissionais atuam, exigindo uma compreensão crítica da realidade e de seus determinantes sociais. Destaca que a atuação técnico-operativa reflete a capacidade do assistente social de transitar entre a elaboração de estratégias de intervenção e a sua execução prática, sempre considerando as demandas sociais existentes e as possibilidades de ação no interior das instituições. Assim, a materialização dessa dimensão é mediada pelos processos de trabalho cotidianos, pelos quais o profissional intervém diretamente nas expressões da questão social, propondo alternativas e soluções baseando-se no acúmulo teórico e no compromisso ético-político assumido pelo Serviço Social.

A materialização do projeto profissional no exercício da profissão, ou seja, o modo como o assistente social, no seu exercício profissional fortalece a direção social implícita nesse projeto, tem sido um tema recorrente nos diversos espaços de debate da categoria, posto que a direção política do referido projeto colide com a hegemonia do capital. A plena objetivação desses princípios só ocorrerá, no entanto, em outra sociedade - à qual não será forjada por uma profissão - construída a partir do movimento de toda sociedade. Cabe, portanto, ao profissional definir suas ações em consonância com aqueles princípios, sendo afirmando-os ou projetando-os em seu exercício profissional.(...) Afirmar os valores implícitos nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional mediante as demandas que se apresentam ao profissional exigem o reconhecimento das referidas demandas como expressões da questão social, e como tais, as respostas a elas elaboradas deverão estrategicamente fortalecer aqueles princípios. A questão que se coloca é se o Serviço Social, mediante as condições de trabalho existentes, tem elaborado respostas afirmativas do projeto ético-profissional e fortalecedoras daqueles princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social. (Pessanha, 2016, pág 2-3)

Reafirmar os valores e princípios do Projeto Ético Político Profissional implica reconhecer o contexto sócio-histórico em que a profissão se encontra inserida. Yamamoto (2007, pág 229) aborda que, ao ignorar a dinamicidade da produção/reprodução das relações sociais, as/os profissionais tendem a cair em uma atuação que visa valores essencialmente humanistas, e os mesmos não dão conta de responder às complexas demandas que surgem através das expressões da questão social.

Mesmo compreendendo os diversos ataques impostos pelo capital à profissão, atuar vislumbrando um novo projeto societário, conforme orienta o Projeto Ético Político, possibilita utilizar da Assistência Social como um mecanismo de garantia de direito aos usuários. O respeito ao Código de Ética, presente em “pequenos” detalhes do fazer profissional, resulta em avanços no que diz respeito ao atendimento às demandas trazidas pelos usuários.

Ao mesmo tempo, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade — que orientam a direção social do exercício profissional. Nesses termos, é importante demarcar de saída que refletir sobre os espaços sócio-ocupacionais do serviço social implica considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas. (Raichelis, 2010, pág 752)

Como já foi exposto ao longo do trabalho, a Assistência Social enquanto política pública é, ainda, recente em nosso país, tendo em vista que o SUAS foi consolidado em 2005, há menos de 20 anos. A mesma esteve intrínseca durante longos anos ao viés caritativo, mas mesmo após sua consolidação enquanto política de Seguridade Social e responsabilidade do Estado, permanece com fortes traços conservadores, os quais, se reatualizam de acordo com o contexto histórico. Atualmente, a sociedade está inserida em um contexto de potencialização das expressões da questão social e avanço de políticas neoliberais, possibilitando o ataque em massa à Assistência Social.

Também é importante considerar que a assistência social em sua trajetória sócio-histórica traz em seu bojo uma “modernização conservadora”, que não resultou em um rompimento expressivo com as ações e concepções do passado desta política, carregando, assim, os ranços do assistencialismo, do clientelismo e do primeiro-damismo. Conforme Couto, Yazbek e Raichelis, (2010, p. 267), “O caráter reiterativo deste instituto no trato da Assistência Social revela o caráter patrimonialista da política, e apresenta-se nesse estágio como primeiro-damismo reatualizado, exercendo sua força de continuidade [...]”, revitalizado, fundamentalmente, pela busca das primeiras-damas em formação profissional, especialmente, a partir dos cursos de ensino a distância, pulverizados pelo território brasileiro. (Campos, 2016, pág 03)

Quando analisamos a atuação profissional do Serviço Social no SUAS, é importante levar em conta a forma de organização da política, tendo consciência que a mesma é centrada na territorialização e matricialidade sócio-familiar, tendo o intuito de atender integralmente às famílias e indivíduos. O que, por vezes, aparenta ser algo benéfico ao atendimento dos usuários, pode ser analisado de forma mais profunda como um empecilho à uma atuação crítica, uma vez que o familismo expressamente inserido no SUAS reforça a noção hetero-patriarcal de família e visa responsabilizar os usuários pelas suas demandas. O que pode ser analisado de forma positiva, a territorialização permite aos profissionais conhecer de forma mais profunda o espaço e as especificidades que o ambiente de trabalho apresenta.

Demarcamos, portanto, que na relação entre Estado e família no Brasil a chamada parceria entre essas duas esferas da vida social se materializa em

um cenário cuja intensificação das desigualdades e da precarização de direitos sociais, bem como das condições de vida, afeta sobremaneira as famílias da classe trabalhadora. Essas não contam com políticas sociais públicas que efetivamente respondam às suas reais necessidades. Observamos, na verdade, um Estado sintonizado com as diretrizes do capital, que atua mais no sentido de fortalecer a “solidariedade informal”, os apoios provenientes das redes primárias ou informais, e não no impulsionamento de políticas alicerçadas no conhecimento, no respeito e na análise crítica e ampliada da realidade que perpassa o cotidiano daquelas famílias. (Souza, Lima, 2019, pág 150)

Ainda sobre a questão do familismo inserida na Política de Assistência Social, Souza e Lima (2019, pág 154), abordam:

Na relação que envolve família e Estado no Brasil, configura-se um Estado que ora sinaliza uma responsabilidade em assegurar a proteção social às famílias e aos indivíduos que as constituem – por meio das políticas sociais –, ora reforça a concepção de família como responsável primeira pelo bem-estar de seus membros. O desenho de políticas sociais com centralidade na família tem demonstrado o sentido dessa relação, na qual as famílias permanecem sendo chamadas a serem “parceiras” do Estado, no sentido de assumirem a proteção social e o bem-estar dos indivíduos que as constituem, bem como no de contribuir, indiretamente, com a garantia de projetos, programas, serviços e benefícios que satisfaçam necessidades básicas.

Dado o exposto, as requisições institucionais, somadas às precarizações postas aos serviços públicos, atravessam o fazer profissional e o impactam diretamente. De acordo com Raichelis (2010, pág 753), “os sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional”. Nesse contexto, a categoria deve encontrar meios de se organizar politicamente, para pensar em mecanismos de uma atuação condizente com o Código de Ética em meio a tantas contradições do capital. A atuação profissional enfrenta diversos desafios, principalmente em um cenário de crescente precarização das condições de trabalho e intensificação do controle social sobre os profissionais e usuários, é discutido como as políticas neoliberais, que favorecem a lógica mercadológica e minimização dos direitos sociais, impactam diretamente o cotidiano da profissão, frequentemente limitando sua capacidade de intervenção. Em muitos cenários institucionais, os assistentes sociais são sobrecarregados por demandas burocráticas, que podem comprometer a qualidade da intervenção, a autora sublinha que os profissionais, devem resistir a pressão de se tornarem executores de políticas públicas comuns:

Nesse sentido, os profissionais que desejam, por meio do seu trabalho profissional, ultrapassar as meras exigências mercadológicas, precisam captar a dimensão contestadora que se apresenta mesclada às ideologias dominantes, estimulando-a e desenvolvendo-a para que os próprios trabalhadores façam dela o motor de sua ação transformadora. Esta postura implica, necessariamente, em ultrapassar a mera demanda institucional, ampliando o espaço ocupacional com propostas de trabalho que potencializem respostas às reais necessidades sociais – materiais e sociopolíticas – das trabalhadoras e dos trabalhadores atendidos pelo Serviço Social. (Paula, ,2023,pág. 92)

Quanto a utilização do instrumental de trabalho, as/os assistentes sociais devem questionar constantemente o significado e os impactos de suas ações técnicas na vida dos usuários, isso envolve não apenas aplicar adequadamente as técnicas, mas também uma análise das demandas institucionais e das condições que originaram tais demandas, ela destaca que, ao refletir sobre o uso dos instrumentos, o profissional é capaz de ressignificar sua prática tornando-a mais coerente com os seus princípios, isso inclui questionar as demandas que lhe são impostas e buscar alternativas que promovam a emancipação do usuário, assim, a técnica deixa de ser um fim de si mesma, e se torna um meio de alcançar objetivos mais abrangentes.

3- Considerações Finais

Deixo expresso de forma clara que a crítica não é apenas ao município de Ouro Preto, mas ao modelo da Política de Assistência Social em si, que por vezes, falha tanto no planejamento, quanto na execução do trabalho interdisciplinar, onde o principal atingido é o usuário que demanda os serviços e programas da assistência social brasileira. A observação de Pessanha (2016, pág. 01) em municípios fluminenses também condiz com as críticas tecidas:

Ao realizar sistematização desses dados nos espaços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - unidades municipais de implementação da Política de Assistência Social (PNAS) – de municípios do norte e noroeste fluminense, deparou-se com a inexistência de registros, ausência de documentação específica do Serviço Social, projetos de intervenção, bem como, outros elementos da sistematização do trabalho. Constatou-se ainda que as condições de trabalho não compareciam no registro de condições técnicas e éticas adequadas nos termos da Resolução CFESS 493/2006. Incidia nesse espaço sócio-ocupacional, a precarização do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva, sendo destacados pelos profissionais a sobrecarga de trabalho e imposição de parâmetros de produtividade, concorrendo para um exercício profissional com características tecnicistas – ao exigir respostas imediatas e restritas às demandas institucionais - com procedimentos e rotinas pré estabelecidas institucionalmente.

Dado o exposto, o modelo proposto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), juntamente com a autonomia atribuída aos municípios, é responsável por precarizar os serviços públicos. A interdisciplinaridade é ainda, responsável pela generalização profissional e por infrações no que as leis de regulamentação de cada profissão buscam prever.

Conforme foi analisado ao longo de todo o trabalho, as contradições capitalistas atravessam toda a atuação profissional inserida na PNAS, uma vez que, a própria política pública é utilizada como mecanismo de manutenção da ordem do capital. É possível concluir que os desafios são inúmeros a atuação profissional neste setor, principalmente em contexto de acirramento das expressões da questão social e avanços de políticas neoliberais, mas existem horizontes a serem seguidos profissionalmente, buscando uma abordagem que permite uma leitura crítica à realidade, fomentando respostas eficazes às demandas que são fruto das contradições do capital.

Acerca do trabalho interdisciplinar nos CRAS, o tema ainda há muito o que ser pesquisado e debatido, não só pelo Serviço Social, mas também pelas demais profissões que se inserem enquanto Técnicos de Referência para o SUAS. Uma indagação que surgiu durante a escrita deste trabalho é quanto a formação e qualificação dos profissionais que atuam na

“linha de frente” da PNAS, através das pesquisas analisadas, foi possível constatar que, em muitos casos, a graduação não os prepara para lidar com demandas tão complexas.

Por fim, ressalto que foi notório constatar a criticidade presente nos documentos do Serviço Social, destoando, por vezes, das demais profissões. O que é compreendido pela bagagem histórica que a profissão adquiriu ao longo dos anos, como reforça o tópico que abrangeu desde a sua gênese até os dias atuais.

4- Referências

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares de 1996**. Rio de Janeiro, 1996

ABEPSS. *Temporalis*, Brasília(DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 14. jul./dez.2007. Tema: Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação.

ALMEIDA, N. L. T. et al. **Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate**. Cadernos Abess, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: _____ et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS, *Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a.

CORTES, S. M. V; LIMA, L. L. *A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas*. Lua Nova, São Paulo, 2012.

COSTA, Dourival e LAVORATTI, Cleide. *Instrumentos Técnico-Operativos no Serviço Social: um debate necessário* (2016).

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura ; **GROSSI, M. P.** ; Valcuende del Rio, J. M. ; Costa, L.M.R. ; Oliveira, M.L. F. **Violências contra as mulheres na pandemia da covid-19: uma análise de notícias, memes, e videos**. RELIES – Revista del laboratorio iberoamericano para el estudio sociohistorico de sexualidad, v. 5, p. 143-167-167, 2021

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: _____ (Orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

DA COSTA, EF (2017). A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO CRAS: UM ESTUDO DE REVISÃO. *Revista Uningá* , 53 (1)

Fernandes de Oliveira, Isabel; de Andrade Oliveira, Nívia Lúcia; Costa do Nascimento, Marília Noronha; Lopes Araújo, Rafaella; Coelho-Lima, Fellipe; de Oliveira Amorim, Keyla Mafalda ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NOS CRAS DO INTERIOR DO RN *Psicologia & Sociedade*, vol. 26, núm. 2, 2014

Gilvan FOGEL. *Conhecer é criar: Um ensaio a partir de F. Nietzsche*: Editora Unijuí, São Paulo, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valetino Gerratana. 3 edição. Turim: Einaudi, 2007, 4 volumes.

Hilton JAPIASSU. *Interdisciplinaridade e patologia do saber: Imago*, Rio de Janeiro, 1976.

IAMAMOTO, Marilda V. CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2005.

MACEDO, Orlando Júnior Viana et al. **Atuação dos profissionais de psicologia nos CRAS do interior da Paraíba**. *Temas psicol.* [online]. 2018

Maheirie, K., Miranda, P. R. A., Sawaia, B. B., & Iñiguez-Rueda, L. (2021). Psicologia nos CRAS: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. *Psicologia & Sociedade*

Marx, Karl (1859[1977]) "Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*", in Karl Marx e Friedrich Engels [1977] *Karl Marx e Friedrich Engels - Textos 3*, São Paulo: Edições Sociais: 300-303. Originalmente publicado em alemão, 1859.

MOLJO, C. B. et al. Serviço Social e Assistência Social: uma análise a partir dos parâmetros para atuação do assistente social na política de assistência social. In: MOLJO, C. B.;

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, Aug. 2020.

Motta, Roberta Fin, Castro, Thiago Gomes de, & Pizzinato, Adolfo. (2015). A psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): um panorama das publicações científicas brasileiras de 2004 a 2014. *Liberabit*, 21(2)

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Edistia M. Abath Pereira de;CHAVES,Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serv. Soc. Soc.*, n. 128, p. 143-163, jan./abr. São Paulo, 2017.

Oliveira, Isabel Fernandes de, Dantas, Candida Maria Bezerra, Solon, Avrairan Fabrícia Alves Caetano, & Amorim, Keyla Mafalda de Oliveira. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*.

OUTROS ESPAÇOS, NOVOS SABERES: a atuação do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz-MA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 6 (2016) PEREIRA, Sofia L. B. y CRONEMBERGER, Izabel H. G. M. (2020) Serviço Social em tempos de pandemia: provocações ao debate. EDUFPI. Teresina.

PESSANHA, Joseane. A restituição de resultados como proposta de pesquisa-intervenção em saúde do trabalhador: contribuições para a ampliação do poder de agir de profissionais de

enfermagem de hospitais municipais do Rio de Janeiro. 2016. 186f.

PIVA, Carla; SILVA, Chris; PEREIRA, Cristiane. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”,** 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/643/627>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serviço Social e Sociedade*. n° 104, São Paulo, Oct./Dez. 2010.

RANGEL, Luciane, COSTA, Michele. O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO ATRAVÉS DOS DADOS DAS VISITAS PROGRAMADAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COFI) DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/7ª. REGIÃO – CRESS/RJ. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”,** 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/55289/Downloads/1651-Article%20Text-3178-1-10-20200126%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55289/Downloads/1651-Article%20Text-3178-1-10-20200126%20(1).pdf). Acesso em: 12 nov. 2024.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. in Martinelli, M. L. e outros(org). *O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SOUSA, Kairon Pereira de Araujo; MEDEIROS, Emerson Diógenes de y SILVA, Paulo Gregório Nascimento da. **A atuação do psicólogo no CRAS: uma revisão sistemática da literatura.** *Psicol. Conoc. Soc.* [online]. 2021.

SOUZA, Ilka; LIMA, Rita. Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões

para reflexão. **REVISTA EM PAUTA**, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/55289/Downloads/admin_depext,+Miolo+EM+PAUTA_44_MONTADA-149-164.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

TABORDA, Elis. MANN, Lilian dos Santos. PFEIFER, Mariana. **A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social**. Seminário Nacional de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_61.pdf Acesso em 07 set 2024.

TAVARES, Keyla Cardoso; MOURA, Késsia Mileny de Paulo.

TOMAZ, Cristiane Silva. **O Serviço Social na saúde mental e o “Técnico de Referência”:** **possibilidades de uma atuação crítica?** Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto. Lukács, 2013.